

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	74
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2014</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	32.774
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>32.774</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
1	Ativo Total	535.590	315.368
1.01	Ativo Circulante	19	26
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8	6
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11	20
1.01.08.03	Outros	11	20
1.02	Ativo Não Circulante	535.571	315.342
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	220.985	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	220.985	0
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	108.167	0
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	112.818	0
1.02.02	Investimentos	314.574	315.328
1.02.02.01	Participações Societárias	314.574	315.328
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	314.573	315.327
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1	1
1.02.03	Imobilizado	12	14
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	12	14

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2	Passivo Total	535.590	315.368
2.01	Passivo Circulante	46.281	1.032.413
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12	8
2.01.01.01	Obrigações Sociais	12	8
2.01.01.01.02	Encargos Sociais	0	8
2.01.02	Fornecedores	13	20
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	13	20
2.01.03	Obrigações Fiscais	27	31
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	27	31
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	27	31
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	181
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	181
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	181
2.01.05	Outras Obrigações	2.151	2.381
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	661
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	0	661
2.01.05.02	Outros	2.151	1.720
2.01.05.02.04	Outros Credores	2.151	1.720
2.01.06	Provisões	44.078	1.029.792
2.01.06.02	Outras Provisões	44.078	1.029.792
2.01.06.02.04	Provisão p/Desvalorização das Particip. em Controladas	44.078	1.029.792
2.02	Passivo Não Circulante	3.327.861	1.387.744
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.904.665	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.904.665	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.904.665	0
2.02.02	Outras Obrigações	1.423.196	1.387.551
2.02.02.02	Outros	1.423.196	1.387.551
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.421.476	1.384.111
2.02.02.02.04	Outros Credores	1.720	3.440
2.02.04	Provisões	0	193
2.02.04.02	Outras Provisões	0	193
2.02.04.02.04	Provisões Diversas	0	193
2.03	Patrimônio Líquido	-2.838.552	-2.104.789
2.03.01	Capital Social Realizado	973.764	973.764
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-3.812.316	-3.078.553

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-180.440	-695.727	145.425	39.793
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-393	-1.277	-489	-988
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	430	1.290	150.242	25.333
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-184.265	-694.986	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.788	-754	-4.328	15.448
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-180.440	-695.727	145.425	39.793
3.06	Resultado Financeiro	-37.978	-38.007	-19	-8
3.06.01	Receitas Financeiras	253	255	3	14
3.06.02	Despesas Financeiras	-38.231	-38.262	-22	-22
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-218.418	-733.734	145.406	39.785
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-29	0	-114
3.08.01	Corrente	0	-29	0	-114
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-218.418	-733.763	145.406	39.671
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-218.418	-733.763	145.406	39.671
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-6,66400	-22,38900	4,43700	1,21000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-6,66400	-22,38900	4,43700	1,21000

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-218.418	-733.763	145.406	39.671
4.03	Resultado Abrangente do Período	-218.418	-733.763	145.406	39.671

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-37.165	-1.284
6.01.01	Pagamentos a Fornecedores	-591	-661
6.01.02	Pagamentos de Salários e Encargos	-789	-445
6.01.03	Pagamentos de Outras Despesas Op. e Adm.	-55	-4
6.01.04	Pagamentos de Tributos	-77	-178
6.01.05	Resultado Financeiro	-35.653	4
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.900.000	0
6.02.01	Integralização de Capital em Subsidiária	-1.680.700	0
6.02.02	Créditos em Controladora e Subsidiária	-219.300	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.937.167	0
6.03.01	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	37.365	0
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	1.900.000	0
6.03.03	Pagamento de Serviço da Dívida	-198	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2	-1.284
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6	1.370
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8	86

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	973.764	0	0	-3.078.553	0	-2.104.789
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	973.764	0	0	-3.078.553	0	-2.104.789
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-733.763	0	-733.763
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-733.763	0	-733.763
5.07	Saldos Finais	973.764	0	0	-3.812.316	0	-2.838.552

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	973.764	0	0	-3.092.903	0	-2.119.139
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	973.764	0	0	-3.092.903	0	-2.119.139
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	39.671	0	39.671
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	39.671	0	39.671
5.07	Saldos Finais	973.764	0	0	-3.053.232	0	-2.079.468

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
7.01	Receitas	-693.696	25.338
7.01.02	Outras Receitas	-693.696	25.338
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-449	-438
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-382	-418
7.02.04	Outros	-67	-20
7.03	Valor Adicionado Bruto	-694.145	24.900
7.04	Retenções	61	-91
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2	-2
7.04.02	Outras	63	-89
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-694.084	24.809
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-499	15.462
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-754	15.448
7.06.02	Receitas Financeiras	255	14
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-694.583	40.271
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-694.583	40.271
7.08.01	Pessoal	808	396
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	110	182
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	38.262	22
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-733.763	39.671
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-733.763	39.671

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
1	Ativo Total	573.660	455.333
1.01	Ativo Circulante	189.759	148.859
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	737	1.021
1.01.02	Aplicações Financeiras	86.599	69.870
1.01.03	Contas a Receber	56.144	28.145
1.01.03.01	Clientes	10.112	3.167
1.01.03.01.01	Consumidores	10.316	3.362
1.01.03.01.02	(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-204	-195
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	46.032	24.978
1.01.03.02.01	Ativo Financeiro - Bens da Concessão	46.032	24.978
1.01.04	Estoques	4.144	4.141
1.01.07	Despesas Antecipadas	180	173
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	41.955	45.509
1.01.08.03	Outros	41.955	45.509
1.01.08.03.01	Devedores Diversos	36.388	40.066
1.01.08.03.04	Outros Créditos	11	20
1.01.08.03.05	Transações com Partes Relacionadas	5.556	5.423
1.02	Ativo Não Circulante	383.901	306.474
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	283.990	213.346
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	108.167	0
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	108.167	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	175.823	213.346
1.02.01.09.03	Ativo Financeiro - Bens da Concessão	175.712	188.147
1.02.01.09.06	Devedores Diversos	0	25.122
1.02.01.09.09	Outros Créditos	111	77
1.02.02	Investimentos	68.366	59.775
1.02.03	Imobilizado	30.787	32.633
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	30.787	32.633
1.02.04	Intangível	758	720
1.02.04.01	Intangíveis	758	720
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	758	720

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2	Passivo Total	573.660	455.333
2.01	Passivo Circulante	71.768	1.093.926
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.038	1.666
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.038	1.666
2.01.02	Fornecedores	1.831	1.465
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.831	1.465
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.587	4.836
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.535	4.710
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.648	4.018
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	1.341	225
2.01.03.01.04	Outros	546	467
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	9	80
2.01.03.02.01	ICMS	9	80
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	43	46
2.01.03.03.01	ISS	43	46
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.138	3.504
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	4.138	3.504
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	4.138	3.504
2.01.05	Outras Obrigações	13.096	52.663
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	51	47.525
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	51	47.525
2.01.05.02	Outros	13.045	5.138
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	1.769	1.549
2.01.05.02.07	Outros Credores	8.773	1.947
2.01.05.02.08	Obrigações Estimadas	2.503	1.642
2.01.06	Provisões	44.078	1.029.792
2.01.06.02	Outras Provisões	44.078	1.029.792
2.01.06.02.04	Provisão para Desvalorização de Participação Societária	44.078	1.029.792
2.02	Passivo Não Circulante	3.340.444	1.466.196
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.915.463	13.830
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.915.463	13.830
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.915.463	13.830
2.02.02	Outras Obrigações	1.423.486	1.451.761
2.02.02.02	Outros	1.423.486	1.451.761
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.421.476	1.384.111
2.02.02.02.05	Tributos e Contribuições Sociais	0	2.134
2.02.02.02.08	Outros Credores	2.010	3.961
2.02.02.02.09	Transações com Partes Relacionadas	0	61.555
2.02.04	Provisões	1.495	605
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.495	605
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.495	605
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-2.838.552	-2.104.789
2.03.01	Capital Social Realizado	973.764	973.764
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-3.812.316	-3.078.553

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	15.825	41.822	13.898	36.208
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-9.058	-34.279	-12.475	-31.136
3.03	Resultado Bruto	6.767	7.543	1.423	5.072
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-187.694	-702.864	147.447	43.894
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.407	-11.867	-4.291	-9.833
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	430	1.290	150.242	50.435
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-184.265	-694.986	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	548	2.699	1.496	3.292
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-180.927	-695.321	148.870	48.966
3.06	Resultado Financeiro	-36.474	-37.396	-3.464	150
3.06.01	Receitas Financeiras	4.258	12.829	3.055	13.277
3.06.02	Despesas Financeiras	-40.732	-50.225	-6.519	-13.127
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-217.401	-732.717	145.406	49.116
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.017	-1.046	0	-9.445
3.08.01	Corrente	-1.017	-1.046	0	-9.445
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-218.418	-733.763	145.406	39.671
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-218.418	-733.763	145.406	39.671
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-218.418	-733.763	145.406	39.671
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-6,66400	-22,38900	4,43700	1,21000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-6,66400	-22,38900	4,43700	1,21000

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-218.418	-733.763	145.406	39.671
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-218.418	-733.763	145.406	39.671
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-218.418	-733.763	145.406	39.671

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-28.240	7.809
6.01.01	Recebimento de Clientes	34.374	30.350
6.01.02	Pagamento a Fornecedores	-9.291	-4.727
6.01.03	Pagamento de Salários e Encargos	-18.402	-16.404
6.01.04	Pagamento de Outras Despesas Operacionais e Adm	-921	-880
6.01.05	Pagamento de Tributos	-7.214	-9.966
6.01.06	Resultado Financeiro	-26.786	9.436
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.890.149	16.631
6.02.01	Caixa Usado no Imobilizado e Investimentos	-15.409	-12.030
6.02.02	Recebimento de Indenização do Ativo Financeiro de Transmissão	28.263	28.263
6.02.03	Recebimento de Dividendos	1.197	708
6.02.04	Cauções - Licitações	0	-310
6.02.05	Integralização de Capital em Subsidiária	-1.680.700	0
6.02.06	Créditos em Controlada e Subsidiária	-219.300	0
6.02.07	Outros	-4.200	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.934.834	-59
6.03.01	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	37.365	0
6.03.02	Pagamento de Serviço da Dívida	-2.531	-1.514
6.03.03	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	1.900.000	1.455
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	16.445	24.381
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	70.891	42.003
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	87.336	66.384

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	973.764	0	0	-3.078.553	0	-2.104.789	0	-2.104.789
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	973.764	0	0	-3.078.553	0	-2.104.789	0	-2.104.789
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-733.763	0	-733.763	0	-733.763
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-733.763	0	-733.763	0	-733.763
5.07	Saldos Finais	973.764	0	0	-3.812.316	0	-2.838.552	0	-2.838.552

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	973.764	0	0	-3.092.903	0	-2.119.139	0	-2.119.139
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	973.764	0	0	-3.092.903	0	-2.119.139	0	-2.119.139
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	39.671	0	39.671	0	39.671
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	39.671	0	39.671	0	39.671
5.07	Saldos Finais	973.764	0	0	-3.053.232	0	-2.079.468	0	-2.079.468

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
7.01	Receitas	-645.881	67.391
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	47.824	42.054
7.01.02	Outras Receitas	-693.696	25.338
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-9	-1
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-24.584	-20.724
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-5.256	-4.339
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-311	-243
7.02.04	Outros	-19.017	-16.142
7.03	Valor Adicionado Bruto	-670.465	46.667
7.04	Retenções	-2.539	-2.697
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.602	-2.608
7.04.02	Outras	63	-89
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-673.004	43.970
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	15.528	41.670
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.699	3.292
7.06.02	Receitas Financeiras	12.829	13.276
7.06.03	Outros	0	25.102
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-657.476	85.640
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-657.476	85.640
7.08.01	Pessoal	18.783	17.157
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.279	15.685
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	50.225	13.127
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-733.763	39.671
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-733.763	39.671

## Comentário do Desempenho

### I – DESEMPENHO OPERACIONAL INDIVIDUAL

#### INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS INDIVIDUAIS

##### Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Individuais

Indicadores	30/09/2013	30/09/2014	Variação 30/09/2013 - 30/09/2014
PMSO (Pessoal/Material/Serv. de Terceiros e Outros) R\$ mil	834	1.257	50,72%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ mil)	(988)	(1.277)	29,25%
EBITDA (R\$ mil)	(986)	(1.275)	29,31%
Lucro/Prejuízo Líquido (R\$ mil)	39.671	(733.763)	-1949,62%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

##### Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Individuais

Indicadores	31/12/2013	30/09/2014	Variação 30/09/2013 - 30/09/2014
Liquidez Seca	0,00003	0,00041	1530,16%
Liquidez Corrente	0,00003	0,00041	1530,16%
Ativo Total - (R\$ mil)	315.368	535.590	69,83%
Passivo Circulante e Não Circulante - (R\$ mil)	2.420.157	3.374.142	39,42%
Patrimônio Líquido - PL (R\$ mil)	(2.104.789)	(2.838.552)	34,86%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Até 30/06/2009 a Companhia manteve as suas atividades operacionais mediante a utilização dos recursos disponibilizados pela sua Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, através do contrato de mútuo número AJU 002/2007, firmado em 26 de setembro de 2007, e renovado pelo 1º termo aditivo de 27 de junho de 2008, com vigência até 30 de julho de 2009, ocorrendo a quitação desta obrigação com a Controlada no ano de 2011.

A partir de 30/06/2009 até 30/09/2014, por intermédio do acionista controlador, ocorreram os seguintes adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC, sendo que o adiantamento no valor de R\$100.000 mil, de 29 de dezembro de 2011, foi aportado posteriormente pela Celgpar na Subsidiária Celg D, em decorrência do acordo firmado entre a Celgpar, Estado de Goiás e Eletrobras, bem como o adiantamento de R\$1.270.111, de 16 de maio de 2012, posteriormente aportado na Subsidiária Celg D. Os demais AFAC ocorridos serviram para a manutenção das atividades operacionais da Controladora e quitação do IOF incidente sob a operação de empréstimo efetuado com a Caixa Econômica Federal em setembro/2014:

**Comentário do Desempenho**

DATA	VALOR DO AFAC EM MIL
22/06/2009	717
29/09/2009	300
06/01/2010	509
09/04/2010	250
27/05/2010	250
09/06/2010	250
14/07/2010	150
16/08/2010	200
30/08/2010	200
13/09/2010	200
30/11/2010	249
06/04/2011	1.454
11/05/2011	1.454
07/07/2011	1.454
10/08/2011	1.454
19/09/2011	1.454
26/10/2011	1.455
29/12/2011	100.000
16/05/2012	1.270.111
31/10/2012	2.000
10/03/2014	235
26/03/2014	235
15/04/2014	235
14/05/2014	235
23/06/2014	235
29/08/2014	235
30/09/2014	35.720
30/09/2014	235
<b>TOTAL</b>	<b>1.421.476</b>

Em função da Companhia ainda não possuir uma fonte própria de geração de Receita Operacional, observa-se a impossibilidade de se efetuar os cálculos dos indicadores relacionados a este parâmetro de análise.

De maneira geral, verifica-se que a Companhia apresenta baixos índices de liquidez em função dos valores das obrigações com terceiros serem proporcionalmente bem maiores do que os recursos aplicados no seu Ativo Circulante. De 01/01/2014 até 30/06/2014, observou-se que a maior concentração das obrigações da Companhia se referia à Provisão para Desvalorização em Participações Societárias Permanentes, efetuada em função da situação de Passivo a Descoberto ocorrida na Subsidiária Celg Distribuição S.A. – Celg D, situação esta modificada no 3º trimestre de 2014, em função da mudança na estrutura de capital da Celgpar pelo empréstimo captado na Caixa Econômica Federal em setembro/2014, classificado como Passivo Não Circulante, e cuja parte dos recursos foi utilizada para capitalizar a subsidiária Celg D, reduzindo sensivelmente a situação de Passivo a Descoberto desta subsidiária e, por sua vez, a respectiva Provisão para Desvalorização dessa participação societária.

## Comentário do Desempenho

### II – DESEMPENHO OPERACIONAL CONSOLIDADO

#### NÚMERO DE CONSUMIDORES

Apresenta-se abaixo o total de consumidores atendidos pela Subsidiária Celg D no terceiro trimestre de 2014:

CLASSES	set/14
Residencial	2.258.324
Industrial	10.924
Comercial	222.435
Rural	176.275
Poderes Públicos	17.797
Iluminação Pública	625
Serviços Públicos	2.254
Consumo Próprio	268
<b>Total</b>	<b>2.688.902</b>
Suprimento	2
<b>TOTAL</b>	<b>2.688.904</b>

#### CONSUMO FATURADO – MWh

Apresenta-se abaixo o total do consumo faturado pela Subsidiária Celg D no terceiro trimestre de 2014:

CLASSES	JAN-SET/2014
Residencial	3.169.671
Industrial	1.785.127
Comercial	1.722.982
Rural	980.822
Poderes Públicos	312.283
Iluminação Pública	417.450
Serviços Públicos	281.871
Consumo Próprio	3.949
<b>Total</b>	<b>8.674.155</b>
Suprimento	92.877
<b>TOTAL</b>	<b>8.767.032</b>

## Comentário do Desempenho

### INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS CONSOLIDADOS

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Consolidados			
Indicadores	30/09/2013	30/09/2014	Variação 30/09/2013 - 30/09/2014
Receita Operacional Bruta - ROB (R\$ mil)	42.054	47.824	13,72%
Receita Operacional Líquida - ROL (R\$ mil)	36.208	41.822	15,50%
PMSO (Pessoal/Material/Serv. de Terceiros e Outros) R\$ mil	23.184	26.609	14,77%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ mil)	(4.761)	(4.324)	-9,18%
EBITDA (R\$ mil)	(2.152)	(1.722)	-19,98%
Lucro/Prejuízo Líquido (R\$ mil)	39.671	(733.763)	-1949,62%
Margem EBIT - EBIT/ROL (%)	-13,15%	-10,34%	-21,37%
Margem EBITDA - EBITDA/ROL (%)	-5,94%	-4,12%	-30,72%
Margem Líquida - LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO/ROL (%)	109,56%	-1754,49%	-1701,34%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Consolidados			
Indicadores	31/12/2013	30/09/2014	Variação 30/09/2013 - 30/09/2014
Liquidez Seca	0,13229	2,58632	1855,00%
Liquidez Corrente	0,13608	2,64406	1843,05%
Ativo Total - (R\$ mil)	455.333	573.660	25,99%
Passivo Circulante e Não Circulante - (R\$ mil)	2.560.122	3.412.212	33,28%
Patrimônio Líquido - PL (R\$ mil)	(2.104.789)	(2.838.552)	34,86%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

De maneira geral, verifica-se que a Controladora, sua Controlada e sua Subsidiária apresentavam baixos índices de liquidez em função dos valores das obrigações com terceiros serem proporcionalmente bem maiores do que os recursos aplicados no seu Ativo Circulante, situação esta modificada em 30.09.2014 em função da mudança na estrutura de capital ocorrida, em função do deslocamento da maior obrigação da Controladora, anteriormente classificada no Passivo Circulante (Provisão para Desvalorização da Participação Societária Permanente na Subsidiária Celg D), para o Passivo Não Circulante (Empréstimo junto à Caixa Econômica Federal).

A situação de Passivo a Descoberto ainda presente na Controladora acarretou a alteração nos cálculos dos seguintes indicadores:

- 1) Prejuízo Líquido Consolidado: especificamente no que concerne ao Resultado do Serviço, Resultado Financeiro e Despesas Operacionais do segundo trimestre de 2014 da Subsidiária Celg D cujo efeito, no resultado consolidado da Celgpar, foi capturado pela adoção do Método da Equivalência Patrimonial como critério de avaliação do investimento permanente nesta subsidiária.

**Notas Explicativas**



**Companhia Celg de Participações -  
CELGP**

**CNPJ 08.560.444/0001-93  
CAPITAL ABERTO**

**Informações Trimestrais  
Consolidadas em IFRS  
Trimestre findo em  
30 de setembro de 2014**

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	NE	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS	
		30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
<b>ATIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e Equivalentes a Caixa	3	8	6	87.336	70.891
Consumidores	4	-	-	10.316	3.362
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	-	-	(204)	(195)
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	8	-	-	46.032	24.978
Devedores diversos	5	-	-	36.388	40.066
Transações com Partes Relacionadas	29	-	-	5.556	5.423
Outros créditos	6/9.2.b	11	20	11	20
Estoques	7	-	-	4.144	4.141
Despesas antecipadas	-	-	-	180	173
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>19</b>	<b>26</b>	<b>189.759</b>	<b>148.859</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>					
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	8	-	-	175.712	188.147
Transações com Partes Relacionadas	29	220.985	-	108.167	-
Devedores Diversos	5	-	-	-	25.122
Outros Créditos	6/9.2.b/18	-	-	111	77
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>220.985</b>	<b>-</b>	<b>283.990</b>	<b>213.346</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>					
IMOBILIZADO	10	314.574	315.328	68.366	59.775
INTANGÍVEL	11	12	14	30.787	32.633
		-	-	758	720
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>535.571</b>	<b>315.342</b>	<b>383.901</b>	<b>306.474</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>535.590</b>	<b>315.368</b>	<b>573.660</b>	<b>455.333</b>

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Leonardo Moura Vilela, Bruno Perillo Philotheon, Peterson Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

**CONSELHO FISCAL**

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompeo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça, José Jorge Vilela Lobo.

**DIRETORIA**

José Fernando Navarrete Pena  
Diretor - Presidente  
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes  
Diretor Vice-Presidente e de Relações com  
Investidores  
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac  
Diretor de Gestão Corporativa  
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos  
Contador - CRC-GO 13.496/O-8  
CPF: 767.706.561-91

## Notas Explicativas

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	NE	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS	
		30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
<b>PASSIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	14/9.2.f	13	20	1.831	1.465
Folha de Pagamento	19	-	-	2.038	1.666
Tributos e Contribuições Sociais	15/9.2.g	39	39	6.587	4.836
Obrigações Estimadas	16	-	-	2.503	1.642
Empréstimos e Financiamentos	13	-	181	4.138	3.504
Taxas Regulamentares	17/9.2.h	-	-	1.769	1.549
Provisão para Desvalorização de Participação Societária	9.1 e 9.1.a	44.078	1.029.792	44.078	1.029.792
Transações com Partes Relacionadas	29	-	661	51	47.525
Outros Credores	19	2.151	1.720	8.773	1.947
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>46.281</b>	<b>1.032.413</b>	<b>71.768</b>	<b>1.093.926</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	12	1.421.476	1.384.111	1.421.476	1.384.111
Empréstimos e Financiamentos	13	1.904.665	-	1.915.463	13.830
Tributos e Contribuições Sociais	15/9.2.g	-	-	-	2.134
Provisões para Contingências	18	-	193	1.495	605
Transações com Partes Relacionadas	29	-	-	-	61.555
Outros Credores	19	1.720	3.440	2.010	3.961
<b>Total do Passivo não Circulante</b>		<b>3.327.861</b>	<b>1.387.744</b>	<b>3.340.444</b>	<b>1.466.196</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital realizado	20	973.764	973.764	973.764	973.764
Prejuízos acumulados	20	(3.812.316)	(3.078.553)	(3.812.316)	(3.078.553)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>(2.838.552)</b>	<b>(2.104.789)</b>	<b>(2.838.552)</b>	<b>(2.104.789)</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>535.590</b>	<b>315.368</b>	<b>573.660</b>	<b>455.333</b>

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Eile Issa El Chidiac, Leonardo Moura Vilela, Bruno Perillo Philocreon, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

**CONSELHO FISCAL**

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça, José Jorge Vilela Lobo.

**DIRETORIA**

José Fernando Navarrete Pena  
Diretor -Presidente  
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes  
Diretor Vice-Presidente e de Relações com  
Investidores  
CPF: 082.965.101-20

Eile Issa El Chidiac  
Diretor de Gestão Corporativa  
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos  
Contador-CRC-GO 13.495/O-8  
CPF: 767.706.561-91

## Notas Explicativas

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 30 DE SETEMBRO DE 2013**  
 (Valores expressos em milhares de reais)

NE	CONTROLADORA - BR GAAP				CONSOLIDADO - IFRS			
	01/01/2014 - 30/09/2014	01/07/2014 - 30/09/2014	01/01/2013 - 30/09/2013	01/07/2013 - 30/09/2013	01/01/2014 - 30/09/2014	01/07/2014 - 30/09/2014	01/01/2013 - 30/09/2013	01/07/2013 - 30/09/2013
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	-	-	-	41.822	15.825	36.208	13.898
CUSTO OPERACIONAL	22	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Administradores	-	-	-	-	(9.810)	(4.009)	(9.542)	(3.373)
Entidade de Previdência Privada	-	-	-	-	(193)	(69)	(203)	(65)
Materiais	-	-	-	-	(218)	(70)	(173)	(59)
Serviços de terceiros	-	-	-	-	(3.644)	(1.407)	(3.055)	(1.113)
Depreciação	-	-	-	-	(2.586)	(862)	(2.591)	(863)
Amortização do Ativo Financeiro - Concessões	-	-	-	-	-	-	(1)	-
Provisão/reversão de créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	(9)	(2)	(1)	19
Taxa de fiscalização	-	-	-	-	(129)	(34)	(183)	(48)
Energia comprada para revenda	-	-	-	-	(4.212)	-	-	-
Recuperação de Custos	-	-	-	-	25	1	13	3
Tributos	-	-	-	-	(111)	(6)	(21)	(1)
Custo da Construção	-	-	-	-	(12.233)	(2.108)	(13.916)	(6.149)
Compensação Financeira pela utilização de recursos hídricos	-	-	-	-	(220)	(69)	(127)	-
Outros	-	-	-	-	(939)	(423)	(1.336)	(826)
					(34.279)	(9.058)	(31.136)	(12.475)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	-	-	7.543	6.767	5.072	1.423
DESPESAS OPERACIONAIS		-	-	-	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	22	(1.277)	(393)	(988)	(489)	(11.867)	(4.407)	(9.833)
		(1.277)	(393)	(988)	(489)	(11.867)	(4.407)	(9.833)
LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL		(1.277)	(393)	(988)	(489)	(4.324)	2.360	(4.761)
OUTRAS RECEITAS		1.290	430	25.333	150.242	1.290	430	50.435
OUTRAS RECEITAS LÍQUIDAS		1.290	430	25.333	150.242	1.290	430	50.435
OUTRAS DESPESAS		(694.986)	(184.265)	-	-	(694.986)	(184.265)	-
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS/FINANCEIRAS LÍQUIDAS, EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E IMPOSTOS		(694.973)	(184.228)	24.345	149.753	(698.020)	(181.475)	45.674
RECEITAS FINANCEIRAS	26	255	253	14	3	9.460	4.018	7.543
Rendas	-	-	-	-	-	3.329	281	5.731
Variações Monetárias e Cambiais	-	-	-	-	-	40	(41)	3
Outras	-	-	-	-	-	-	-	1
DESPESAS FINANCEIRAS	26	255	253	14	3	12.829	4.258	13.277
Encargos de dívida	-	(4.700)	(4.669)	(22)	(22)	(13.137)	(7.019)	(8.259)
Variações Monetárias e Cambiais	-	-	-	-	-	(3.071)	(37)	(3.159)
Outras	-	(33.562)	(33.562)	-	-	(34.017)	(33.675)	(1.709)
		(38.262)	(38.231)	(22)	(22)	(50.225)	(40.732)	(13.127)
RESULTADO FINANCEIRO	26	(38.007)	(37.978)	(8)	(19)	(37.396)	(36.474)	150
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		(754)	3.788	15.448	(4.328)	2.699	548	3.292
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(733.734)	(218.418)	39.785	145.406	(732.717)	(217.401)	49.116
PROVISÃO PARA A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA		(29)	-	(114)	-	(1.046)	(1.017)	(9.445)
Contribuição Social	-	(9)	-	(33)	-	(269)	(271)	(2.505)
Imposto de Renda	-	(20)	-	(81)	-	(766)	(746)	(6.940)
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		(733.763)	(218.418)	39.671	145.406	(733.763)	(218.418)	39.671
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		(733.763)	(218.418)	39.671	145.406	(733.763)	(218.418)	39.671
RESULTADO POR AÇÃO	27	-	-	-	-	-	-	-
Resultado por ação ordinária - básico	-	(22.389)	(6.664)	1.210	4.437	(22.389)	(6.664)	1.210
Resultado por ação ordinária - diluído	-	(22.389)	(6.664)	1.210	4.437	(22.389)	(6.664)	1.210
OPERAÇÕES CONTINUADAS		-	-	-	-	-	-	-
Resultado por ação ordinária - básico	-	(22.389)	(6.664)	1.210	4.437	(22.389)	(6.664)	1.210
Resultado por ação ordinária - diluído	-	(22.389)	(6.664)	1.210	4.437	(22.389)	(6.664)	1.210

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Leonardo Moura Vilela, Bruno Perillo Philocreon, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

## CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça, José Jorge Vilela Lobo.

## DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena  
Diretor -Presidente  
CPF: 303.118.701-63Braulio Afonso Moraes  
Diretor Vice-Presidente e de Relações com  
Investidores  
CPF: 082.965.101-20Elie Issa El Chidiac  
Diretor de Gestão Corporativa  
CPF: 704.619.021-68Eduardo José dos Santos  
Contador-CRC-GO 13.496/O-8  
CPF: 767.706.561-91

## Notas Explicativas

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR**  
**CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS PERÍODOS FINDOS EM**  
**30 DE SETEMBRO DE 2014 E 30 DE SETEMBRO DE 2013**  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA - BR GAAP				CONSOLIDADO - IFRS			
	01/01/2014 - 30/09/2014	01/07/2014 - 30/09/2014	01/01/2013 - 30/09/2013	01/07/2013 - 30/09/2013	01/01/2014 - 30/09/2014	01/07/2014 - 30/09/2014	01/01/2013 - 30/09/2013	01/07/2013 - 30/09/2013
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO PERÍODO	(733.763)	(218.418)	39.671	145.406	(733.763)	(218.418)	39.671	145.406
Resultado Abrangente Consolidado do Período	(733.763)	(218.418)	39.671	145.406	(733.763)	(218.418)	39.671	145.406

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Leonardo Moura Vilela, Bruno Perillo Philocreon, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albermaz.

### CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça, José Jorge Vilela Lobo.

### DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena  
 Diretor -Presidente  
 CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes  
 Diretor Vice-Presidente e de Relações com  
 Investidores  
 CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac  
 Diretor de Gestão Corporativa  
 CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos  
 Contador-CRC-GO 13.496/O-8  
 CPF: 767.706.561-91

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR**  
**CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)**  
**DOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 30 DE SETEMBRO DE 2013 - INDIVIDUAL**

(Valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL REALIZADO	PREJÚZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2012	973.764	(3.092.903)	(2.119.139)
Lucro Líquido do Período	-	39.671	39.671
Saldos em 30 de setembro de 2013	973.764	(3.053.232)	(2.079.468)
	CAPITAL REALIZADO	PREJÚZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2013	973.764	(3.078.553)	(2.104.789)
Prejuízo Líquido do Período	-	(733.763)	(733.763)
Saldos em 30 de setembro de 2014	973.764	(3.812.316)	(2.838.552)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Leonardo Moura Vilela, Bruno Perillo Philocreon, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

**CONSELHO FISCAL**

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça, José Jorge Vilela Lobo.

**DIRETORIA**

José Fernando Navarrete Pena  
Diretor -Presidente  
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes  
Diretor Vice-Presidente e de Relações com  
Investidores  
CPF: 062.965.101-20

Elie Issa El Chidiac  
Diretor de Gestão Corporativa  
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos  
Contador-CRC-GO 13.496/O-8  
CPF: 767.706.561-91

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR**  
**CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)**  
**DOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 30 DE SETEMBRO DE 2013 - CONSOLIDADA**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2012	973.764	(3.092.903)	(2.119.139)
Lucro Líquido do Período	-	39.671	39.671
Saldos em 30 de setembro de 2013	973.764	(3.053.232)	(2.079.468)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	973.764	(3.078.553)	(2.104.789)
Prejuízo Líquido do Período	-	(733.763)	(733.763)
Saldos em 30 de setembro de 2014	973.764	(3.812.316)	(2.838.552)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Leonardo Moura Vilela, Bruno Perillo Philocreon, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

**CONSELHO FISCAL**

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça, José Jorge Vilela Lobo.

**DIRETORIA**

José Fernando Navarrete Pena  
Diretor -Presidente  
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes  
Diretor Vice-Presidente e de Relações com  
Investidores  
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac  
Diretor de Gestão Corporativa  
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos  
Contador-CRC-GO 13.496/O-8  
CPF: 767.708.561-91

## Notas Explicativas

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO**  
**DOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 30 DE SETEMBRO DE 2013**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
				REAPRESENTADO
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebimentos de Clientes	-	-	34.374	30.350
Pagamentos:				
- Fornecedores	(591)	(661)	(9.291)	(4.727)
- Salários e Encargos	(789)	(445)	(18.402)	(16.404)
- Outras Desp Operacionais e Administrativas	(55)	(4)	(921)	(880)
- Tributos	(77)	(178)	(7.214)	(9.966)
Resultado Financeiro	(35.653)	4	(26.786)	9.436
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL LÍQUIDO	(37.165)	(1.284)	(28.240)	7.809
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
- Caixa Usado no Imobilizado e Investimentos	-	-	(15.409)	(12.030)
- Integralização de Capital em Subsidiária	(1.680.700)	-	(1.680.700)	-
- Créditos com Controlada e Subsidiária	(219.300)	-	(219.300)	-
- Recebimento de Dividendos	-	-	1.197	708
- Recebimento de Indenização do Ativo Financeiro de Transmissão	-	-	28.263	28.263
- Cauções - Licitações	-	-	-	(310)
- Outros	-	-	(4.200)	-
FLUXO DE CAIXA - INVESTIMENTOS LÍQUIDOS	(1.900.000)	-	(1.890.149)	16.631
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
- Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	37.365	-	37.365	-
- Empréstimos e Financiamentos Obtidos	1.900.000	-	1.900.000	1.455
- Pagamentos de Serviço da Dívida	(198)	-	(2.531)	(1.514)
FLUXO DE CAIXA - FINANCIAMENTOS LÍQUIDOS	1.937.167	-	1.934.834	(59)
CAIXA LÍQUIDO DO PERÍODO	2	(1.284)	16.445	24.381
Saldo inicial de Caixa e Equivalentes	6	1.370	70.891	42.003
Saldo final de Caixa e Equivalentes	8	86	87.336	66.384
	2	(1.284)	16.445	24.381

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Leonardo Moura Vilela, Bruno Perillo Philocreon, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

## CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça, José Jorge Vilela Lobo.

## DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena  
Diretor -Presidente  
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes  
Diretor Vice-Presidente e de Relações com  
Investidores  
CPF: 062.965.101-20

Elie Issa El Chidiac  
Diretor de Gestão Corporativa  
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos  
Contador-CRC-GO 13.496/O-8  
CPF: 767.706.561-91

## Notas Explicativas

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO**  
**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 30 DE SETEMBRO DE 2013**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

REF.	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
<b>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>1</b>			
Receitas de Vendas de Energia e Serviços	-	-	47.824	42.054
Provisões/Reversões-Créditos Liq. Duvidosa	-	-	(9)	(1)
Outros Resultados	(693.696)	25.338	(693.696)	25.338
	<u>(693.696)</u>	<u>25.338</u>	<u>(645.881)</u>	<u>67.391</u>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>2</b>			
Serviços de Terceiros	382	418	5.256	4.339
Materiais	-	-	311	243
Outros Custos Operacionais	67	20	19.017	16.142
	<u>449</u>	<u>438</u>	<u>24.584</u>	<u>20.724</u>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)</b>	<b>3</b>			
	<u>(694.145)</u>	<u>24.900</u>	<u>(670.465)</u>	<u>46.667</u>
<b>QUOTAS DE REINTEGRAÇÃO</b>	<b>4</b>			
Provisões Operacionais	(63)	89	(63)	89
Depreciação, amortização e exaustão	2	2	2.602	2.608
	<u>(61)</u>	<u>91</u>	<u>2.539</u>	<u>2.697</u>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO (3 - 4)</b>	<b>5</b>			
	<u>(694.084)</u>	<u>24.809</u>	<u>(673.004)</u>	<u>43.970</u>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>6</b>			
Receitas Financeiras	255	14	12.829	13.276
Outros Resultados	-	-	-	25.102
Resultado da Equivalência Patrimonial	(754)	15.448	2.699	3.292
	<u>(499)</u>	<u>15.462</u>	<u>15.528</u>	<u>41.670</u>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)</b>	<b>7</b>			
	<u>(694.583)</u>	<u>40.271</u>	<u>(657.476)</u>	<u>85.640</u>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
<b>PESSOAL</b>	<b>8</b>			
	<u>808</u>	<u>396</u>	<u>18.783</u>	<u>17.157</u>
<b>GOVERNO</b>	<b>9</b>			
	<u>110</u>	<u>182</u>	<u>7.279</u>	<u>15.685</u>
<b>FINANCIADORES</b>	<b>10</b>			
	<u>38.262</u>	<u>22</u>	<u>50.225</u>	<u>13.127</u>
<b>LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>11</b>			
	<u>(733.763)</u>	<u>39.671</u>	<u>(733.763)</u>	<u>39.671</u>
<b>TOTAL (8 + 9 + 10 + 11 = 7)</b>	<b>12</b>			
	<u>(694.583)</u>	<u>40.271</u>	<u>(657.476)</u>	<u>85.640</u>

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Leonardo Moura Vilela, Bruno Perillo Philocreon, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

**CONSELHO FISCAL**

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça, José Jorge Vilela Lobo.

**DIRETORIA**

José Fernando Navarrete Pena  
Diretor -Presidente  
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes  
Diretor Vice-Presidente e de Relações com  
Investidores  
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac  
Diretor de Gestão Corporativa  
CPF: 704.619.021-88

Eduardo José dos Santos  
Contador-CRC-GO 13.496/O-8  
CPF: 767.706.561-91

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DO  
PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE  
DEZEMBRO DE 2013  
(em milhares de Reais)**

**NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL****1.1 – Contexto operacional da Controladora**

A Companhia Celg de Participações - CELGP detém participações societárias nas seguintes sociedades:

CONTROLADA	% DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA
CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG GT	100 %
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL	% DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA
CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D	100 %

**1.2 - CONTEXTO OPERACIONAL DA SUBSIDIÁRIA INTEGRAL CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D**

A Subsidiária CELG Distribuição S.A. - CELG D, sociedade de capital fechado, é concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica.

Com a formalização do acordo de acionistas e acordo de gestão entre o Governo do Estado de Goiás, as Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras e a Celgpar, acordo este assinado em 24 de abril de 2012, verificou-se, tomando por base os pressupostos da NBC TG 36 – R2 (Demonstrações Consolidadas), que a Eletrobras passou a deter a preponderância e controle sobre as deliberações sociais da Celg D, incluindo a indicação da maioria dos membros do Conselho de Administração e Fiscal da Subsidiária, bem como as respectivas diretorias: Presidência, Diretoria Econômico-Financeira, Diretoria Administrativa, Diretoria de Distribuição e Diretoria Comercial (Ver Nota Explicativa nº. 31-a – Outras Informações e Nota Explicativa nº. 2.III.a-2 – Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis – Procedimentos de Consolidação).

Seus principais objetivos sociais são as atividades de execução dos empreendimentos constantes do Plano de Eletrificação do Estado de Goiás e a realização de estudos, projetos, construção e operação de linhas de transmissão e

## Notas Explicativas

subestações inferiores a 230 KV, e redes de distribuição de energia elétrica, bem como a prática dos atos de comércio decorrentes dessas atividades.

A Subsidiária detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 237 municípios, 391 distritos e povoados no Estado de Goiás, com 2.688.902 consumidores, abrangendo uma área de concessão de 336.871 km<sup>2</sup>, regulada pelo Contrato de Concessão n.º. 63 de 25 de agosto de 2000, celebrado entre a ANEEL, a Subsidiária e o acionista majoritário, o qual permanece com seu termo de vigência até 7 de julho de 2015, podendo ser prorrogado por um período de mais 20 anos (Ver Nota Explicativa n.º. 31-b – Outras Informações), conforme previsto na Lei n.º. 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

A ANEEL editou em 9 de setembro de 2014 a Resolução Homologatória n.º. 1.789, a qual publicou o resultado do reajuste anual das tarifas da Subsidiária, informando que as tarifas de fornecimento de energia elétrica ficam reajustadas em média 24,27% (vinte e quatro inteiros e vinte e sete décimos por cento), a partir de 12 de setembro de 2014. O Despacho Autorizativo n.º. 2.153, de 29 de junho de 2012, da Superintendência de Regulação Econômica da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, explicita que a Subsidiária Celg D encontra-se adimplente com suas obrigações intrassetoriais desde o dia 29 de junho de 2012, tendo sido autorizado a aplicação deste reajuste tarifário.

### 1.3 - CONTEXTO OPERACIONAL DA CONTROLADA CELG GT

A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – CELG GT é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Celg de Participações – CELGPAR, constituída em 15 de dezembro de 2005, com início das suas operações a partir de 1º de setembro de 2006, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Goiás – CELG, determinado pelo Governo Federal conforme a Lei n.º. 10.848, de 15 de março de 2004.

A Controlada CELG GT possui 03 usinas, todas hidrelétricas, linhas e subestações de transmissão pertencentes a rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão. Estas concessões são as seguintes:

Geração	Localidade	Contrato	Data concessão	Vencimento	Capacidade instalada (MW)	Capacidade utilizada (MW)
Hidrelétricas:						
Rochedo	Rio Meia Ponte	62/2000	17/08/1999	07/07/2015	4,000	4,000
São Domingos <sup>1</sup>	Rio São Domingos	62/2000	22/05/1981	24/05/2011	12,000	12,000
Mosquito	Rio Mosquito	62/2000	17/08/1999	07/07/2015	0,360	0,360
					<u>16,360</u>	<u>16,360</u>

<sup>1</sup> - Em 14 de março de 2008 foi solicitada a renovação da concessão pela administração da Celg GT, estando esta renovação em discussão administrativa junto ao Ministério de Minas e Energia - MME, bem como na esfera judicial.

## Notas Explicativas

Transmissão	Localidade	Contrato	Data concessão	Vencimento	Capacidade instalada (MVA)
Rede básica <sup>1</sup>	Goiás	63/2001	07/07/1995	05/12/2042	1.989

<sup>1</sup> - Ver Nota Explicativa nº. 31.c - Outras Informações - Prorrogação das Concessões de Geração e Transmissão de Energia Elétrica.

Em atendimento ao item 6 da ITG 17 – Contratos de Concessão: Evidenciação, as divulgações significativas dos contratos de concessão de Geração e Transmissão de Energia Elétrica encontram-se relacionadas na Nota Explicativa 31-c – Outras Informações, incluindo os efeitos advindos do Decreto nº. 7.805, de 14 de setembro de 2012, que regulamentou a MP nº. 579/2012.

Evidencia-se abaixo a apresentação das informações previstas no subitem c, do item 6 da ITG 17:

CONTRATO	ATIVIDADE	DIREITOS DE USO	OPÇÃO DE RENOVAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL/SOCIETÁRIA
62/2000	Geração	Previstos a exploração até o final da concessão.	1) Não exercido para as Usinas de Rochedo e Mosquito; 2) Exercido para a Usina de São Domingos. Em discussão administrativa e judicial	Classificado como Ativo Imobilizado, cuja remuneração é estipulada pelas respectivas Receitas Anuais Permitidas – RAPs desta atividade.
63/2001	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Exercido conforme assinatura do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.

### NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- I. As Informações Trimestrais da Controladora, de sua Controlada e Subsidiária Integral são elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: Legislação Societária (Leis nº. 6.404/76, nº. 10.303/2001, nº. 11.638/2007 e nº. 11.941/2009); disposições complementares editadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM; pronunciamentos emanados do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*; Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica – NBC TG com respectivas interpretações e orientações técnicas, e normas específicas aplicáveis aos concessionários de serviço público de energia elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em função da participação acionária da holding nessas concessionárias.
- II. A Celgpar adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM, CPC e CFC que estavam em vigor em 30 de setembro de 2014. As políticas contábeis detalhadas abaixo foram aplicadas

## Notas Explicativas

de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Informações Trimestrais.

- III. As principais práticas contábeis utilizadas pela Controladora, sua Controlada e Subsidiária Integral são as seguintes:

a. Procedimentos de Consolidação

A consolidação das Informações Trimestrais da Companhia Celg de Participações - CELGPAR e sua controlada Celg GT foi efetuada de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei nº. 6.404/76 e Instrução CVM 247/96 com as alterações introduzidas pelas Instruções CVM 269/97, 285/98, 464/08 e 469/08, bem como dos dispositivos determinados pela NBC TG 36 – R2 (Demonstrações Consolidadas).

As Informações Trimestrais consolidadas foram elaboradas a partir da demonstração financeira individual da Celg GT, as quais foram ajustadas conforme a seguir descrito. Na elaboração das Informações Trimestrais consolidadas, foram observadas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e demais legislações pertinentes, inclusive a fiscal. O sumário dessas principais práticas contábeis, aplicáveis de forma uniforme à empresa incluída no processo de consolidação, está apresentado a seguir:

- a.1. Os valores a receber junto a empresas coligadas e sócios estão devidamente suportados por contratos. Nas Informações Trimestrais consolidadas, os saldos com a empresa inserida no processo de consolidação foram eliminados.
- a.2. Os investimentos na controlada e subsidiária são demonstrados ao custo e ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Nas Informações Trimestrais consolidadas os saldos dos investimentos na controlada Celg GT foram eliminados contra o respectivo patrimônio líquido dessa controlada. O saldo do valor patrimonial do investimento na subsidiária Celg D permaneceu ajustado pela equivalência patrimonial nas Informações Trimestrais consolidadas, incluindo a respectiva provisão para desvalorização do investimento nessa participação societária, ou seja, os saldos patrimoniais e de resultado dessa subsidiária não foram consolidados com a Celgpar nas Informações Trimestrais de 30 de setembro de 2014 comparativamente à posição apresentada em 31 de dezembro de 2013.
- a.3. As Informações Trimestrais consolidadas incluem as Informações Trimestrais individuais da controlada Celg GT. As informações individuais da controlada Celg GT foram incorporadas ao processo de consolidação da Celgpar na data base de 30 de setembro de 2014, sendo que esta controlada obedeceu a posição adotada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, no que concerne à não adoção da consolidação proporcional do Investimento Controlado em Conjunto na Energética Corumbá III - ECIII, na Pantanal Transmissão S.A. e na Lago Azul Transmissão S.A., nos moldes da NBC TG 19 – R1 (Negócios em Conjunto).

## Notas Explicativas

### b. Caixa e equivalentes de Caixa

A Controladora, sua Controlada e sua subsidiária consideram como disponibilidades o saldo de caixa, depósitos em bancos e aplicações de curto prazo. As aplicações financeiras das mesmas estão demonstradas ao custo acrescido da remuneração contratada, reconhecida até a data das Informações Trimestrais.

### c. Consumidores, concessionárias e permissionárias

Esses saldos incluem os valores faturados aos consumidores finais e concessionários revendedores, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, registrados de acordo com o regime de competência até o encerramento do balanço.

As contas a receber também incluem os valores faturados aos consumidores e concessionários do Serviço Público de Energia Elétrica e usuários da Rede Básica pertencente ao Sistema Interligado Nacional - SIN, conforme contratos realizados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs e ainda, operações realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, registrados de acordo com o regime de competência até o encerramento do trimestre.

### d. Contas a Receber - Estado de Goiás

Os créditos a receber relativos a obras realizadas por ordem do Poder Executivo foram consolidados no exercício de 2003 e atualizados monetariamente em função de formalização do correspondente acordo com o Estado de Goiás. Em dezembro de 2005, os valores foram novamente consolidados.

### e. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber da Controlada e Subsidiária. Os critérios de constituição da provisão estão descritos na nota 4.b e 4.c.

### f. Estoques

Os materiais em estoque no almoxarifado, classificados no ativo circulante, e os destinados à construção, alocados no imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição, que não ultrapassa seu valor de mercado.

### g. Baixa Renda

## Notas Explicativas

Inclui os valores decorrentes de novos critérios de classificação de unidades consumidoras de subclasse residencial de baixa renda, estabelecidos pela Lei nº. 10.438/2002, alterada pela Lei nº. 12.212/2010.

### h. Ativo Financeiro – Bens da Concessão de Transmissão

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro, por se tratar de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da ITG 01 – Contratos de Concessão e da CTG 05 – Contratos de Concessão. Estão incluídos nesta rubrica o montante ainda não indenizado dos ativos de transmissão vinculados ao Contrato de Concessão 63/2001, que entraram em operação até 31 de maio de 2000, aguardando a definição, pelo poder concedente, do respectivo valor indenizável – ver Nota Explicativa 8.

### i. Investimentos

As participações societárias permanentes são registradas ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e registradas/avaliadas pela equivalência patrimonial em conformidade com a Instrução CVM nº. 247/1996 e NBC TG 18 (Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto).

Conforme disposto na NBC TG 43 (Adoção inicial das NBC Ts Convergadas em 2009), as Informações Trimestrais individuais de entidades com investimento em controlada ou empreendimento em conjunto avaliado pela equivalência patrimonial de acordo com o exigido pela legislação brasileira vigente não são consideradas, com esse método de avaliação, como estando conformes às normas internacionais de contabilidade.

Trata-se de exceção de caráter obrigatório/legal que diz respeito às Informações Trimestrais individuais de entidade que tenha investimento em controlada avaliado pelo método da equivalência patrimonial, critério este adotado pela Controladora. Verifica-se que o IASB não reconhece este tipo de demonstração, exigindo que, no caso da existência de controlada, a entidade elabore e divulgue, no lugar das Informações Trimestrais individuais, informações consolidadas. O IASB admite as Informações individuais da investidora desde que o investimento seja avaliado pelo valor justo ou mesmo pelo custo, atribuindo a estas Informações o nome de Informações separadas, tornando-as diferentes das Informações individuais. Apesar disto a legislação societária brasileira exige a apresentação das Informações Individuais e o próprio CPC as reconhece em seus pronunciamentos.

Por tudo isto, a controladora apresentará suas Informações Trimestrais individuais e consolidadas, por se tratar de exceção de caráter obrigatório/legal descrita na NBC TG 43 (Adoção inicial das NBC Ts Convergadas em 2009), não sendo feita a apresentação das Informações Trimestrais separadas.

### j. Imobilizado

## Notas Explicativas

O imobilizado é composto pelos bens utilizados pela Administração no desenvolvimento da gestão da Celgpar, controlada e subsidiária, os quais são classificados pela Aneel como bens não elegíveis. Os mesmos foram registrados pelo correspondente Valor Novo de Reposição-VNR e são remunerados via empresa de referência, por meio de cálculos dos reajustes e revisões tarifárias.

Além destes bens não elegíveis, enquadram-se nesta rubrica os Bens vinculados à Concessão de Geração de Energia Elétrica, cujo direito de uso e exploração é remunerado pela Receita Anual Permitida – RAP estipulada pelo poder concedente.

### k. Intangível

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelas concessionárias para ser utilizada como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica, fundamentado no direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados, em consonância com as disposições da NBC TG 04 (Ativo Intangível), ITG 01 e CTG 05 – Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por impairment, quando aplicável.

### l. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data de elaboração das Informações Trimestrais, de imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários relativos a prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças intertemporais são reconhecidos e fundamentados em garantias de sua realização em decorrência de obrigações fiscais diferidas de mesma natureza, lançados no resultado do trimestre.

### m. Provisão para Contingências

As provisões para contingências são reconhecidas para obrigações presentes legais resultantes de eventos passados, para os quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data das Informações Trimestrais, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à obrigação.

Os riscos contingentes, em função da sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, consubstanciados em informações disponibilizadas pelos assessores legais da Celgpar, controlada e subsidiária. Neste sentido e por conta das orientações da NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as empresas registraram provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

## Notas Explicativas

### n. Provisão para Férias

A provisão para férias é calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até 30 setembro de 2014 e inclui os correspondentes encargos sociais. Essas provisões estão contabilizadas no grupo de obrigações estimadas.

### o. Benefícios a Empregados

A Companhia, sua Controlada e Subsidiária são patrocinadoras da Fundação ELETRA. Os custos associados ao plano previdenciário são reconhecidos à medida que as contribuições são devidas, observando o regime de competência, observando-se os preceitos da NBC TG 33 – Benefícios a Empregados. Os custos relacionados à suplementação de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego são reconhecidos como obrigações e registrados com base em cálculos atuariais para determinação do valor presente das obrigações, conforme determina a Deliberação CVM nº. 695/2012.

### p. Apuração de Resultado

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Celgpar, Controlada e Subsidiária, podendo ser confiavelmente mensurada, de acordo com a NBC TG 17 – Contratos de Construção e NBC TG 30 – Receitas, mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receitas de construção e ou outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pelas empresas.

Conforme critérios estabelecidos pela ITG 01 (Contratos de Concessão), a cada novo investimento em expansão ou melhoria da infraestrutura, a contrapartida das adições ao ativo financeiro em curso (Rede Básica de Transmissão) ou ativo imobilizado em curso (Geração) ocorre o reconhecimento da receita de construção, na proporção dos serviços executados até a data do encerramento das Informações Trimestrais, com apuração de margem de lucro nula, para a Controlada Celg GT.

### q. Estimativas

A preparação das Informações Trimestrais requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, assim como as divulgações de passivos contingentes. Apesar disto, possíveis imprecisões peculiares ao processo de sua determinação podem resultar em valores divergentes dos registrados nas Informações quando da liquidação das respectivas transações.

A Celgpar, controlada e subsidiária revisam suas estimativas e premissas anualmente ou quando eventos ou perspectivas diferentes exigem o procedimento.

## Notas Explicativas

As principais estimativas relacionadas às Informações Trimestrais referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Avaliação de ativos financeiros a valor justo;
- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- Prazos para pagamento e recuperação de créditos tributários relativos a imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Provisão para contingências relativas às ações judiciais.

### r. PIS e COFINS

Na subsidiária Celg D e na Controlada Celg GT o PIS e a COFINS são apurados com base na receita operacional e contabilizados como dedução da receita pelo regime de competência e, segundo a legislação em vigor, pelo regime não cumulativo, sendo as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente.

Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre os custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas Informações Trimestrais, conforme a Interpretação Técnica do IBRACON nº. 1, de setembro de 2004.

Os valores de PIS e COFINS, apurados pelo resultado da venda de energia elétrica e deduções da receita, são repassados integralmente aos consumidores nas faturas de energia e consideram a neutralidade fiscal com as respectivas alterações contábeis ocorridas com a edição dos CPC e em convergência às IFRS.

### s. Imposto de Renda e Contribuição Social

São provisionados ou constituídos Créditos Tributários sobre Prejuízos Fiscais, Base Negativa de Contribuição Social e diferenças intertemporais, limitados às obrigações de mesma natureza, sendo seus efeitos lançados no resultado do trimestre.

### t. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela Celgpar, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Informações Trimestrais individuais e consolidadas. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Informações Trimestrais e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

## Notas Explicativas

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

### u. Moeda Funcional

Os itens incluídos nas Informações Trimestrais da Companhia, de sua controlada e de sua subsidiária são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que atuam. As Informações Trimestrais são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, de sua controlada e de sua subsidiária.

### NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras e CDB correspondem às operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais. O saldo em 30 de setembro de 2014 corresponde às aplicações nos bancos Bradesco, Itaú, e Caixa Econômica Federal, remuneradas em condições e taxas normais de mercado, com previsibilidade de resgate automático e liquidez imediata na hipótese de resgate antecipado, efetuadas pela Controladora e sua Controlada, conforme abaixo representado:

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Caixa e depósitos bancários à vista	-	-	737	1.021
Aplicações financeiras de liquidez imediata:				
- Aplicações - resgate automático	8	6	8	6
- Certificados de Depósito Bancário (CDB)	-	-	86.591	69.864
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>87.336</b>	<b>70.891</b>

## Notas Explicativas

### NOTA 4 – CONSUMIDORES

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013
<b>CIRCULANTE</b>		
Concessionárias		
- Suprimento	7.404	1.342
- Transmissão de Energia Elétrica	2.898	2.005
<b>Total</b>	<b>10.302</b>	<b>3.347</b>
Outras Rendas		
- Outras Rendas	14	15
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>15</b>
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>10.316</b>	<b>3.362</b>

### Composição do Contas a Receber:

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO					
	30/09/2014					
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL 30/09/2014	PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID. 30/09/2014	SALDO 30/09/2014
Concessionárias						
Suprimento	7.369	24	11	7.404	-	7.404
Transmissão de Energia Elétrica	2.618	37	243	2.898	-	2.898
Outras Rendas	14	-	-	14	-	14
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(204)	(204)
<b>TOTAL CONCESSIONÁRIOS</b>	<b>10.001</b>	<b>61</b>	<b>254</b>	<b>10.316</b>	<b>(204)</b>	<b>10.112</b>
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>10.001</b>	<b>61</b>	<b>254</b>	<b>10.316</b>	<b>(204)</b>	<b>10.112</b>

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO					
	31/12/2013					
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL 31/12/2013	PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID. 31/12/2013	SALDO 31/12/2013
Concessionárias						
Suprimento	1.342	-	-	1.342	-	1.342
Transmissão de Energia Elétrica	1.779	17	209	2.005	-	2.005
Outras Rendas	15	-	-	15	-	15
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(195)	(195)
<b>TOTAL CONCESSIONÁRIOS</b>	<b>3.136</b>	<b>17</b>	<b>209</b>	<b>3.362</b>	<b>(195)</b>	<b>3.167</b>
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>3.136</b>	<b>17</b>	<b>209</b>	<b>3.362</b>	<b>(195)</b>	<b>3.167</b>

- a. Os valores correspondentes às operações junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foram registrados levando-se em consideração as informações divulgadas por ela. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil por este órgão, os valores são estimados pela Controlada.
- b. Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD, consolidada no trimestre findo em 30 de setembro de 2014:

**Notas Explicativas**

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO CIRCULANTE
Saldo em 31 de dezembro de 2013	195
Provisão no período	9
Saldo em 30 de setembro de 2014	204

- c. A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCLD é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

**NOTA 5 - DEVEDORES DIVERSOS**

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	30/09/2014 CIRCULANTE	31/12/2013 CIRCULANTE
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSAVEIS		
IRRF a Compensar	1.244	922
PIS diferido	107	-
COFINS diferida	493	-
SUBTOTAL	1.844	922
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras (a)	34.543	39.143
Outros	1	1
SUBTOTAL	34.544	39.144
TOTAL GERAL	36.388	40.066

(a) Valor de Indenização dos Ativos de Transmissão que entraram em operação após 31 de maio de 2000, nos termos da Lei nº. 12.783, de 11 de janeiro de 2013 - Ver Nota Explicativa nº. 8.

**NOTA 6 – OUTROS CRÉDITOS**

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	30/09/2014 CIRCULANTE	31/12/2013 CIRCULANTE	30/09/2014 CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	31/12/2013 CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Cauções e Depósitos	11	20	11	111	20	77
TOTAL	11	20	11	111	20	77

## Notas Explicativas

### NOTA 7 – ESTOQUES

Os estoques são compostos de materiais destinados à manutenção e operação das instalações, bem como de materiais de consumo na administração.

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013
Estoque Total	4.144	4.141
<b>TOTAL</b>	<b>4.144</b>	<b>4.141</b>

### NOTA 8 – ATIVO FINANCEIRO – BENS DA CONCESSÃO DE TRANSMISSÃO - VER NOTA EXPLICATIVA Nº. 31-C

Os bens utilizados na execução dos serviços de construção, operação e manutenção da concessão de transmissão de energia elétrica, na controlada Celg GT, estão registrados no ativo financeiro em atendimento à ITG 01 e CTG 05 – Contratos de Concessão. Os valores abaixo refletem a situação destes ativos após a renovação desta concessão:

ATIVO FINANCEIRO BENS DA CONCESSÃO DE TRANSMISSÃO	CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013
<b>CIRCULANTE</b>		
- Ativo Financeiro - Bens Reversíveis (c)	46.032	24.978
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>46.032</b>	<b>24.978</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Ativo Financeiro - Bens Reversíveis (c)	35.287	47.719
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis (d)	140.425	140.428
Ativo Financeiro - Concessões Indenizadas (a)	73.638	73.638
(-) Provisão para Ajuste ao Valor Recuperável (b)	(73.638)	(73.638)
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>175.712</b>	<b>188.147</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>221.744</b>	<b>213.125</b>

(a) Indenização sendo paga pelas Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras, conforme Lei nº. 12.783, de 11 de janeiro de 2013 - Ver Nota Explicativa nº. 5;

(b) Conforme Item 12.1-alínea 54 do Anexo ao Despacho Aneel Nº 155, de 23 de janeiro de 2013.

(c) Refere-se a Bens Reversíveis dos Ativos de Transmissão que se encontram em curso;

(d) Refere-se a Concessões a serem indenizadas, referente a ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000 (RBSE e RPC), das concessionárias de transmissão de energia elétrica que optaram pela prorrogação prevista na Lei nº. 12.783/2013.

A Resolução Normativa Aneel nº. 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão não

## Notas Explicativas

indenizadas, para fins de indenização. Os critérios de cálculo, para estes fins, utilizarão o Item 7 do Submódulo 9.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – Proret, tendo sido estabelecido que cada concessionária deverá contratar uma empresa credenciada junto à Aneel para elaborar um laudo de avaliação que contemplará estes ativos, com vistas a se obter o respectivo VNR, procedimento este efetuado pela Controlada Celg GT, cujos serviços encontram-se em andamento. O cronograma destes serviços informado a Aneel prevê a finalização em até 15 (quinze) meses contados a partir de 31 de dezembro de 2013. A Administração entende que a avaliação, tomando por base os critérios de determinação do respectivo banco de preços, não apresentará descolamento dos valores consignados na Contabilidade da Controlada Celg GT, sendo que possíveis indicativos de *impairment* serão avaliados no decorrer dos trabalhos de avaliação, especificamente pela apresentação, antes de qualquer formalização junto ao órgão regulador, dos resultados parciais com vistas à apreciação para possíveis ajustes, no que couber.

Abaixo a movimentação do Ativo Financeiro – Bens da Concessão:

Descrição					CONSOLIDADO
	31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências	30/09/2014
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	287.072	8.738	(101)	(18)	295.691
(-) Provisão para Ajuste ao Valor Recuperável	(73.638)	-	-	-	(73.638)
Obrigações especiais	(309)	-	-	-	(309)
Total	213.125	8.738	(101)	(18)	221.744

## NOTA 9 - INVESTIMENTOS - VER NOTA EXPLICATIVA Nº. 2.i

INVESTIMENTOS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Participações em Controladas	314.573	315.327	-	-
Participações Societárias Permanentes (c)	1	1	13	11
Energética Corumbá III S/A - ECIII (a)	-	-	60.130	58.391
Energética Fazenda Velha (b)	-	-	1.372	216
SPE Pantanal Transmissão S.A. (d)	-	-	704	985
SPE Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (d)	-	-	4.102	172
SPE Lago Azul Transmissão S.A. (e)	-	-	2.045	-
TOTAL	314.574	315.328	68.366	59.775

- (a) A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT controla de forma conjunta o Consórcio Empreendedor Corumbá III, que tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Corumbá III na qualidade Produtores Independentes de Energia. A usina encontra-se em operação comercial desde 24 de outubro de 2009, com capacidade instalada de 93,6 MW. Abaixo a distribuição do quadro societário deste Consórcio:

Acionistas - Energética Corumbá III ECIII	Participação
CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	37,5%
Strata Construtora e Concessionária Integradas S.A.	6,5%
Geração CIII S.A.	15,6%
Energy Power Ltda.	2,9%
CEB - Companhia Energética de Brasília	37,5%
	<u>100,0%</u>

## Notas Explicativas

- (b) Valor referente à participação e aportes para futuro aumento de capital, efetuados pela Controlada Celg GT, na Energética Fazenda Velha, situada no município de Jataí – Estado de Goiás. Abaixo a distribuição do quadro societário deste Empreendimento:

Empreendimento	Acionistas	Participação
Energética Fazenda Velha S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	20,0%
	Construtora Vilela e Carvalho Ltda.	26,7%
	CCN - Construções e Comércio Ltda.	26,7%
	Luana - Administração & Participações Ltda.	26,6%
<b>TOTAL</b>		<b>100,0%</b>

- (c) Trata-se de integralização de capital, efetuada pela Controladora e pela Controlada Celg GT, referente à participação na Cooperativa de Crédito dos Empregados da Celg (SICOOB JURISCREDCELG).
- (d) SPEs referentes ao Leilão ANEEL nº. 02/2013, correspondendo aos empreendimentos dos Lotes abaixo relacionados, tendo sido constituídas, em agosto de 2013, as seguintes Sociedades de Propósito Específico (SPE): Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (Lote B - 10% de participação) e Pantanal Transmissão S.A. (Lote F - 49% de participação):

- LOTE B: LT 500 kV Brasília Leste - Luziânia – DF/GO - C1 e C2  
SE Brasília Leste 500/138 kV - (6+1)X180MVA  
LT 230 kV Brasília Geral - Brasília Sul - C3 (subterrânea)  
LT 345 kV Brasília Sul - Samambaia - C3
- LOTE F: SE Campo Grande II 230/138 kV, 2x150 MVA - MS

Abaixo a distribuição do quadro societário destes dois empreendimentos, com a participação da Controlada Celg GT:

Empreendimento	Acionistas	Participação
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	10,0%
	Fundo de Investimentos em Participações Caixa-Milão	51,0%
	Furnas Centrais Elétricas S.A.	39,0%
<b>TOTAL</b>		<b>100,0%</b>

Empreendimento	Acionistas	Participação
Pantanal Transmissão S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	49,0%
	CEL Engenharia Ltda.	51,0%
<b>TOTAL</b>		<b>100,0%</b>

- (e) SPE referente ao Leilão ANEEL nº. 07/2013, correspondendo ao empreendimento do Lote abaixo relacionado, tendo sido constituído a Sociedade de Propósito Específico (SPE) Lago Azul Transmissão S.A.:

- LOTE D: LT 230 kV Barro Alto – Itapaci – GO, C2.

Abaixo a distribuição do quadro societário deste empreendimento, com a participação da Controlada Celg GT:

Empreendimento	Acionistas	Participação
Lago Azul Transmissão S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	50,1%
	Furnas Centrais Elétricas S.A.	49,9%
<b>TOTAL</b>		<b>100,0%</b>

## Notas Explicativas

### 9.1 Investimentos em Controlada e Subsidiária

As principais informações sobre os investimentos em Controlada e Subsidiária são apresentadas a seguir:

DESCRIÇÃO	INVESTIMENTO DA CELGP NA			
	SUBSIDIÁRIA CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. CELG D		CONTROLADA CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. CELG GT	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Capital Social da Subsidiária/Controlada	3.475.679	1.794.979	329.725	329.725
Quantidade de Ações	150.711	150.711	329.725	329.725
% da Participação Societária	100%	100%	100%	100%
Patrimônio Líquido da Subsidiária/Controlada	(44.078)	(1.029.792)	314.573	315.327
Investimento antes da Equivalência Patrimonial	(1.029.792)	(1.030.457)	315.327	301.905
Aumento de Capital na Subsidiária Celg D	1.680.700	-	-	-
Resultado da Provisão para Desvalorização da Participação na Subsidiária Celg D	(694.986)	665	-	-
Resultado da Equivalência Patrimonial na Controlada Celg GT (b)	-	-	(754)	13.422
Valor Patrimonial do Investimento na Controlada Celg GT	-	-	314.573	315.327
Provisão para Desvalorização da Participação na Subsidiária Celg D (a)	(44.078)	(1.029.792)	-	-

(a) Ao valor patrimonial do investimento foi deduzida a provisão para Desvalorização das Participações Societárias, apresentada em conta específica do Passivo Circulante, conforme Art.12, parágrafo 1º da Instrução CVM nº. 247, de 27 de março de 1996. O saldo desta conta (evidenciado no quadro abaixo) é composto, em 30 de setembro de 2014, pela Provisão para Desvalorização da Participação Societária na Subsidiária Celg Distribuição S.A. – Celg D, no total de R\$ 44.078 mil. Este decréscimo acentuado se deve principalmente ao Aumento de Capital efetuado pela Celgpar nesta Subsidiária, objeto das tratativas de transferência de até 51% das ações desta à Eletrobras, conforme item 2.1.2 da Cláusula Segunda, da Promessa de Compra e Venda de Ações assinada em 26 de agosto de 2014.

(b) A Subsidiária Celg Distribuição S.A. – Celg D e a Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT apresentaram prejuízo líquido até o final do 3º trimestre, totalizando R\$ 694.986 mil e R\$ 754 mil, respectivamente.

#### 9.1.a - Investimentos em Subsidiária com Patrimônio Líquido Negativo (Passivo a Descoberto):

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Provisão para Desvalorização da Participação na Subsidiária Celg D	44.078	1.029.792	44.078	1.029.792
TOTAL	44.078	1.029.792	44.078	1.029.792

### 9.2 Investimento na Subsidiária Celg Distribuição S.A. – Celg D

Em função da exclusão da posição patrimonial e de resultado da Subsidiária Celg D do montante consolidado na posição de 30 de setembro de 2014, evidenciam-se abaixo os principais fatores e assuntos que afetaram o valor patrimonial do investimento efetuado nessa subsidiária no trimestre, sendo que estes não estão refletidos rubrica a rubrica nas Informações Trimestrais Consolidadas da Celgpar.

#### 9.2.a – Serviços em Curso

## Notas Explicativas

Os serviços prestados a terceiros basicamente são decorrentes dos Programas de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, conforme Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000.

### 9.2.b – Outros Créditos – Créditos de Consumidores de Baixa Renda

Por meio da Lei nº. 10.438/2002, o Governo Federal ampliou a faixa de consumo da classe de consumidores Baixa Renda e conseqüentemente reduziu a receita das distribuidoras. Visando recompor o equilíbrio econômico-financeiro das mesmas, foi editada a Lei nº. 10.604/2002 normatizando a subvenção de igual valor via Eletrobrás, bem como a Resolução Homologatória Aneel nº. 1.613, de 5 de setembro de 2013.

A Subsidiária Celg Distribuição S.A. - Celg D no período compreendido entre 6 de novembro e 8 de dezembro de 2006 passou por um processo de fiscalização pela Agência Goiana de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, a qual teve a finalidade de verificar a utilização dos critérios estabelecidos para o enquadramento dos consumidores no benefício tarifário de baixa renda, conforme Resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002, que regula a aplicação do benefício automaticamente com base no consumo medido até 79 kWh, a de nº 485, de 29 de agosto de 2002, que estabelece os critérios para a concessão do benefício de baixa renda a consumidores com média de consumo entre 80 e 220 kWh, desde que o portador de Número de Inscrição Social do Governo Federal – NIS; e a nº 89, de 25 de outubro de 2004, que estabelece a metodologia para cálculo da subvenção econômica a ser concedida à concessionária.

O resultado da citada fiscalização culminou na emissão do Termo de Notificação nº 001/2007, no valor de R\$ 36.390, encaminhado à Subsidiária Celg D através do Ofício nº 303/AGR/2007-PRE, de 6 de fevereiro de 2007. A Subsidiária encaminhou resposta através da carta PR-0306/07, de 2 de março de 2007, manifestando-se sobre as não conformidades e determinações do referido termo, citando inclusive a Resolução ANEEL nº. 245, de 19 de dezembro de 2006 (editada após a conclusão da fiscalização da AGR), na qual a Agência reconhece a possibilidade de haver a duplicidade do benefício, devendo a concessionária regularizar a titularidade da unidade consumidora ou obter, do morador efetivo, declaração assinada de que não pode fazer a devida transferência de titularidade.

Em resposta à manifestação da Subsidiária, a AGR encaminhou o Ofício nº 418/2007-PRE informando que o valor constante do termo de notificação em referência será revisto à medida que se for comprovando a inexistência de duplicidade do benefício. Em 18 de dezembro de 2007, a ANEEL editou a Resolução Normativa nº 297 anulando o artigo 3º da Resolução ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002. Em função dessa anulação, a Controlada encaminhou à AGR o Ofício nº PR-132/02, de 21 de janeiro de 2008, solicitando a anulação do relatório de fiscalização que motivou a emissão do Termo de Notificação nº 001/2007. Em resposta, a Agência expediu o Ofício nº 029/2008-DED-AGR informando que os valores serão revistos, considerando a nova metodologia de cálculo requisitada pela Aneel.

A realização da subvenção econômica de Baixa Renda anteriormente classificada no Ativo Não Circulante da Subsidiária Integral Celg D, prevista no acordo efetuado entre o Estado de Goiás e a Eletrobras, com interveniência da Celgpar e Celg D, foram utilizados na contrapartida de quitação de obrigações para com o Sistema Eletrobras.

### 9.2.c – Outros Créditos – Estado de Goiás (Fundo de Aporte à Celg Distribuição S.A. – CELG D – FUNAC)

Por meio da Lei nº. 17.555, de 20 de janeiro de 2012, o Estado de Goiás criou o Fundo de Aporte à Celg Distribuição S.A. – Celg D – FUNAC, regulamentado pelo Decreto nº. 7.732, de 28

## Notas Explicativas

de setembro de 2012, com o objetivo de reunir e destinar recursos financeiros para o adimplemento das obrigações provenientes dos passivos contenciosos administrativos e judiciais, assumidos nos Termos de Acordos de Acionistas e de Gestão firmados com a Eletrobras, bem como no Termo de Cooperação do respectivo fundo.

### 9.2.d – Créditos com o Estado de Goiás

O montante dos créditos da Subsidiária Celg D com o Estado de Goiás corresponde aos seguintes elementos:

- (a) Lei nº. 13.062/97 de 9 de maio de 1997.

Refere-se a valores não repassados pelo Governo Estadual à Subsidiária, para fazer face às amortizações dos empréstimos e financiamentos contratados para a construção da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada, objeto da cisão desta no exercício social de 2006.

- (b) Parcelamento.

Em 29 de dezembro de 2005, foi assinado entre o Estado de Goiás e a Subsidiária Celg Distribuição S.A. - Celg D o Quarto Termo Aditivo ao Termo de Encontro de Contas, de 25 de julho de 2001, o qual foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através do Despacho nº. 528 de 5 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União em 6 de março de 2007.

O saldo devedor desse Termo foi atualizado monetariamente pela variação do IGPM e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês.

O valor de R\$ 1.600.000 mil foi pago à Subsidiária pelo Estado de Goiás, mediante a utilização de parte dos recursos da 1ª tranche do empréstimo obtido pelo mesmo junto a Caixa Econômica Federal – CAIXA, liberada em 29 de dezembro de 2011, R\$ 29.889 mil pagos em 16 de maio de 2012 com parte dos recursos da 2ª tranche e R\$ 300.000 mil pagos em 28 de dezembro de 2012 com recursos da 3ª tranche do referido empréstimo. No exercício de 2013 o Estado de Goiás pagou, com recursos próprios, a importância de R\$ 27.000 mil.

Este empréstimo faz parte das negociações em andamento entre o Estado de Goiás e as Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás, definidas no Protocolo de Intenções assinado em 15 de dezembro de 2011 e, por sua vez, referendadas no acordo de acionistas assinado em 24 de abril de 2012.

### 9.2.e – Créditos Fiscais

A Subsidiária Celg Distribuição S.A. - Celg D mantém ativados créditos tributários relativos à base negativa de contribuição social, prejuízos fiscais e diferenças intertemporais. Esses valores são ativados levando-se em consideração a garantia de sua realização, uma vez que existem obrigações fiscais de mesma natureza. O montante ativado destes créditos ao final do trimestre encerrado em 30 de setembro de 2014 totalizou R\$ 103.518 mil.

### 9.2.f – Contratos com Fornecedores

As principais informações acerca dos contratos com fornecedores da subsidiária Celg D encontram-se abaixo discriminadas:

## Notas Explicativas

- (a) ELETROBRAS/ITAIPU: Refere-se ao contrato de suprimento de energia elétrica firmado entre a Celg D e a Eletrobras/Itaipu, bem como ao Termo de Confissão e Repactuação de dívidas celebradas entre essa subsidiária e a Eletrobras, o qual foi assinado em 29 de junho de 2012. Sendo a primeira parcela vincenda em 31 de janeiro de 2013, com recursos da 3ª tranche do empréstimo do Governo do Estado de Goiás e a Caixa. O saldo devedor, após a amortização da primeira parcela, será pago em 60 parcelas mensais vencíveis em 30 de junho de 2014 e a última em 30 de maio de 2019;
- (b) CHESF, CESP e ELETRONORTE: Refere-se aos contratos de suprimento de energia elétrica firmados pela Celg D com a CHESF, CESP e ELETRONORTE, e ao Termo de Acordo e parcelamento assinado entre a Controlada e a CESP, cujo montante será atualizado “pro rata die” pela variação da SELIC, acrescido de juros de 1% a.a;

### 9.2.g – Parcelamento de ICMS

Foi firmado um Termo de Acordo de Parcelamento de Débito de ICMS entre a Subsidiária Celg D e a Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, o qual foi assinado em 28 de dezembro de 2011. O montante foi parcelado em três parcelas anuais e será acrescido de juros de 0,5% a.m. (cinco décimos por cento ao mês), e 0,5% a.m. (cinco décimos por cento ao mês) de atualização monetária.

### 9.2.h – Taxas Regulamentares

- (a) QUOTA DE RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO – RGR e CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO – CDE: Refere-se às quotas mensais e ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívidas celebradas entre a Celg D e a Eletrobras, o qual foi assinado em 29 de junho de 2012. O montante foi parcelado em 60 meses, com vencimento dia 30 de cada mês, sendo a primeira parcela vincenda em 31 de julho de 2014. O valor da parcela de amortização será calculado mediante a divisão do saldo devedor pelo número de prestações devidas, sendo o saldo devedor atualizado pro rata temporis pela variação da SELIC ao mês, pro rata die, os quais deverão ser pagos todo o dia 30 de cada mês, contados a partir de 30 de junho de 2012. Estes parcelamentos foram quitados pela Subsidiária Celg D por meio dos recursos ingressados via Aumento de Capital pela Celgpar, em 17 de setembro de 2014;
- (b) QUOTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL – CCC: Refere-se às quotas mensais e especificamente ao Termo de Confissão e Repactuação de dívidas celebradas entre a Celg D e a Eletrobras, o qual foi aditivado em 19 de dezembro de 2013, sendo o montante parcelado em 12 meses, com vencimento no dia 10 de cada mês, e o saldo devedor atualizado com base na aplicação pro rata temporis da variação da SELIC. Este parcelamento foi quitado pela Subsidiária Celg D por meio dos recursos ingressados via Aumento de Capital pela Celgpar, em 17 de setembro de 2014;
- (c) PROGRAMA DE INCENTIVO A FONTES ALTERNATIVAS – PROINFA: Refere-se ao engargo pago por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN) que comercializam energia com o consumidor final ou que recolhem tarifa de uso de redes elétricas a consumidores livres, para cobertura dos custos de energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos. O Termo de Confissão e Repactuação de Dívidas celebradas entre a Celg D e a Eletrobras, assinado em 29 de junho de 2012, parcelou o montante em 60 meses, com vencimento dia 30 de cada mês, sendo que a primeira parcela, conforme Ofício SFF-Aneel 426/2014, vencerá em 30 de agosto de 2014. O valor da parcela de amortização será calculado mediante a divisão do saldo devedor pelo número de prestações devidas, sendo atualizado com base na aplicação pro rata temporis da variação da SELIC.

## Notas Explicativas

### 9.2.i – Energia comprada para Revenda

A Energia comprada para Revenda pela subsidiária Celg D sofreu a interferência das seguintes variáveis, ocorrendo o respectivo incremento do montante adquirido:

- Aumento do custo da parcela variável dos contratos por disponibilidade, decorrente do acionamento das Usinas Térmicas;

- Exposição involuntária em função da frustração de contratos cujos geradores não entraram em operação, forçando a subsidiária a adquirir esta energia no mercado de curto prazo;

- Baixa hidrologia no final do ano 2013, bem como no ano 2014, resultou no despacho das Usinas Térmicas acima do esperado, elevando os custos com o encargo de serviços do sistema – ESS.

### 9.2.j – Debêntures

Em 3 de abril de 2014 a Subsidiária Celg D efetuou a primeira emissão de Debêntures simples, em série única, com garantia real, não conversíveis em ações, para a distribuição pública com esforços restritos de colocação, no montante total de R\$ 290.000.000,00 (duzentos e noventa milhões de reais), com vencimento em 3 de abril de 2019, e remuneradas pela variação da taxa de 100% do CDI, acrescida de 7,44% a.a. com base em um ano de 252 dias úteis.

## NOTA 10 – IMOBILIZADO

Os bens do Ativo Imobilizado são registrados ao custo de aquisição ou construção e deduzidos da depreciação e amortização acumulada.

A depreciação é calculada sobre os bens do ativo imobilizado em serviço, pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815 de 30 de novembro de 1994, às taxas constantes na tabela anexa à Resolução ANEEL nº 2 de 24 de dezembro de 1997 e nº 44 de 17 de março de 1999, atualizada pela Resolução nº 240 de 5 de dezembro de 2006, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				
	30/09/2014				31/12/2013
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Em serviço:					
Móveis e Utensílios	26	10,00%	(14)	12	14
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>		<b>(14)</b>	<b>12</b>	<b>14</b>

## Notas Explicativas

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO				
	30/09/2014				31/12/2013
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Em serviço:					
Reservatórios, Barragens e adutoras	19.097	2,00%	(11.774)	7.323	7.838
Terrenos	273	0,00%	-	273	273
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	29.900	2,00%	(20.315)	9.585	10.935
Máquinas e Equipamentos	23.228	10,00%	(14.317)	8.911	9.641
Móveis e Utensílios	101	10,00%	(63)	38	44
Subtotal	72.599		(46.469)	26.130	28.731
Em curso:					
Geração	3.275	-	-	3.275	2.998
Administração Central	1.386	-	-	1.386	908
Obrigações Especiais	(4)	-	-	(4)	(4)
Subtotal	4.657		-	4.657	3.902
<b>TOTAL</b>	<b>77.256</b>		<b>(46.469)</b>	<b>30.787</b>	<b>32.633</b>

Movimentação:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO					
	Saldos em 31/12/2013	Depreciação		Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 30/09/2014
		Saldos em 30/09/2014	Depreciação						
Imobilizado em Serviço	26	-	26	28.743	-	-	-	(2.600)	26.143
(-) Depreciação	(12)	(2)	(14)	(12)	-	-	-	(2)	(14)
Obrigações Especiais	-	-	-	(4)	-	-	-	-	(4)
Total em Serviço	14	(2)	12	28.727	-	-	-	(2.602)	26.125
Imobilizado em Curso	-	-	-	3.906	739	11	6	-	4.662
Total do Imobilizado	14	(2)	12	32.633	739	11	6	(2.602)	30.787

- a. Vinculação do Imobilizado - de acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem prévia e expressa autorização do órgão regulador.
- b. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica – as obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador. Essas obrigações foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995.
- c. Imobilizado em Curso – Referem-se, substancialmente, às obras de expansão em andamento do sistema de geração e distribuição.

Nos termos do item 79 da NBC TG 27 (R1) – Ativo Imobilizado, apresenta-se abaixo as seguintes divulgações:

- 1) Valor contábil do ativo imobilizado que esteja temporariamente ocioso: inexistem ativos imobilizados que estejam temporariamente ociosos;

## Notas Explicativas

- 2) Valor contábil bruto de qualquer ativo imobilizado totalmente depreciado que ainda esteja em operação: 2.537 mil, pertinente aos ativos imobilizados de geração da Controlada Celg GT;
- 3) Valor contábil de ativos imobilizados retirados de uso do ativo e não classificados como mantidos para venda: inexistentes;
- 4) Valor justo do ativo imobilizado, quando este for materialmente diferente do valor contábil apurado pelo método de custo: inexistente.

### NOTA 11 – ATIVO INTANGÍVEL

O saldo consolidado em 30 de setembro de 2014 diz respeito aos direitos de servidão de passagem e utilização do bem público, cuja vida útil é indefinida e softwares de vida útil definida, com prazos de amortização de 20% ao ano.

ATIVO INTANGÍVEL	CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013
- Ativo Intangível	758	720
<b>TOTAL</b>	<b>758</b>	<b>720</b>

#### Movimentação:

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2013	CONSOLIDADO		Saldos em 30/09/2014
		Adições	Amortização	
Intangível em Serviço	1	-	(1)	-
Total em Serviço	1	-	(1)	-
Intangível em Curso	719	39	-	758
<b>Total do Intangível</b>	<b>720</b>	<b>39</b>	<b>(1)</b>	<b>758</b>

### NOTA 12 – ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	1.421.476	1.384.111	1.421.476	1.384.111
<b>TOTAL</b>	<b>1.421.476</b>	<b>1.384.111</b>	<b>1.421.476</b>	<b>1.384.111</b>

Refere-se aos seguintes Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo acionista majoritário Estado de Goiás no ano de 2011: 1) R\$ 8.725 mil, para atendimento às despesas administrativas e operacionais, e para o pagamento das obrigações com a controlada Celg GT, decorrentes do contrato de mútuo efetuado para suprir a operação da Celgpar; e 2) R\$ 100.000 mil, objeto do Protocolo de Intenções assinado pelo Estado de Goiás e Eletrobrás, com vistas ao saneamento econômico-financeiro da Subsidiária CELG D. O saldo anterior de R\$ 3.275 mil também foi adiantado pelo acionista majoritário com vistas à manutenção da operação da Celgpar. No ano de 2012 foi adiantado pelo acionista majoritário o valor de R\$ 1.270.111 mil, objeto da 2ª parcela do empréstimo captado pelo Governo do Estado de Goiás em decorrência do acordo com a Eletrobras e União. Este valor foi posteriormente alocado pela Celgpar na Subsidiária Celg D, tendo sido promovido o aumento de capital nesta Subsidiária em vinte e cinco de setembro de 2012,

## Notas Explicativas

conforme deliberações da 220ª Assembleia Geral Extraordinária, mediante a emissão de 106.642.366 (cento e seis milhões, seiscentas e quarenta e duas mil, trezentas e sessenta e seis ações ordinárias). Além deste montante, no ano de 2012 foi adiantado o valor de R\$ 2.000 mil para atendimento às despesas administrativas e operacionais da Celgpar. De 31 de dezembro de 2013 até 30 de setembro de 2014 foi efetuado Adiantamento para Futuro Aumento de Capital pelo Estado na Celgpar no montante de R\$ 37.365 mil.

### NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Serão detalhados os valores devidos por instituição financeira, moeda contratada, bem como os indexadores dos empréstimos e financiamentos e a distribuição dos valores devidos no passivo não circulante.

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos estão a seguir demonstradas:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA					
	30/09/2014			31/12/2013		
	ENCARGOS	PRINCIPAL		ENCARGOS	PRINCIPAL	
EM MOEDA NACIONAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	
SICOOB - JURISCREDCELG (d)	-	-	-	1	180	-
Caixa Econômica Federal - CAIXA (e)	4.665	-	1.900.000	-	-	-
Total em Moeda Nacional	4.665	-	1.900.000	1	180	-

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO					
	30/09/2014			31/12/2013		
	ENCARGOS	PRINCIPAL		ENCARGOS	PRINCIPAL	
EM MOEDA NACIONAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	
Eletrobras (b)	-	2.911	6.210	-	2.329	8.540
SICOOB - JURISCREDCELG (d)	-	-	-	1	180	-
Caixa Econômica Federal - CAIXA (e)	4.665	-	1.900.000	-	-	-
CDSA (c)	-	174	-	-	231	106
Eletra (a)	-	1.053	4.588	-	763	5.184
Total em Moeda Nacional	4.665	4.138	1.910.798	1	3.503	13.830

A descrição das características dos principais empréstimos e financiamentos é a seguinte:

- a. ELETRA - refere-se à parcela do saldo devedor junto à ELETRA dos empregados da Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT, sendo o saldo atualizado com base nas variações acumuladas do INPC e juros de 6% a.a.
- b. Refere-se ao Contrato ECF-2805/2010 formalizado entre a Eletrobras e a Controlada Celg GT, no valor de até R\$15.551 mil, para cobertura dos custos de ampliação da SE Palmeiras – GO. Esse saldo é atualizado a juros de 5% a.a. incidindo, ainda, taxas de administração de 2% a.a. e comissão de reserva de 1% a.a.;
- c. Refere-se a reembolsos pela execução de serviços e fornecimentos de materiais para construção de ativos de interligação destas empresas à rede da Controlada Celg GT;

## Notas Explicativas

- d. SICOOB – JURISCREDCELG – refere-se a empréstimo efetuado pela Celgpar nas seguintes condições: Pagamento efetuado em 12 de setembro de 2014, incidindo encargos mensais de 0,22% ao mês, indexados pela SELIC, no período de carência;
- e. Refere-se ao Contrato de Financiamento firmado entre a Caixa Econômica Federal – CAIXA e a Celgpar nº. 0412.113-76/2014, firmado em 11 de setembro de 2014 nas seguintes condições: Prazo total do contrato de 156 (cento e cinquenta e seis) meses, sendo a carência de 36 (trinta e seis) meses e o prazo de amortização de 120 (cento e vinte) meses. Sobre o principal da dívida, no período de carência até o vencimento da dívida, incidirão juros à taxa anual nominal de 6,8% a.a. (seis inteiros e oito décimos por cento ao ano). Os recursos deste financiamento, conforme cláusula terceira do contrato, foram utilizados no Aumento de Capital da Subsidiária Celg D (Ver NE 9.1), no firmamento de contrato de mútuo com a Subsidiária Celg D (Ver NE 29) e em outras aplicações na Subsidiária Celg D que geraram o firmamento de instrumento de cessão de créditos desta para a Celgpar (Ver NE 29);
- f. Os contratos de empréstimos e financiamentos bancários são garantidos por itens como:
- Alienação Fiduciária de Direitos Creditórios;
  - Aplicações Financeiras;
  - Borderô Eletrônico;
  - Notas Promissórias;
  - Garantia Pessoal (Devedor Solidário).

A composição do saldo devedor em Moeda Nacional, por indexador é a seguinte:

CONTROLADORA - 30/09/2014				CONTROLADORA - 31/12/2013			
INDEXADOR	CAIXA	Total		INDEXADOR	OUTRAS INSTITUIÇÕES	Total	
SELIC	-	-		SELIC	181	181	
SEM INDEXADOR	1.904.665	1.904.665		SEM INDEXADOR	-	-	
<b>Total</b>	<b>1.904.665</b>	<b>1.904.665</b>		<b>Total</b>	<b>181</b>	<b>181</b>	

  

CONSOLIDADO - 30/09/2014						CONSOLIDADO - 31/12/2013					
INDEXADOR	OUTRAS INSTITUIÇÕES	CAIXA	Eletrobras	Eletra	Total	INDEXADOR	OUTRAS INSTITUIÇÕES	Eletrobras	Eletra	Total	
SELIC	-	-	-	-	-	SELIC	181	-	-	181	
IPCA	174	-	-	-	174	IPCA	337	-	-	337	
SEM INDEXADOR	-	1.904.665	9.121	-	1.913.786	SEM INDEXADOR	-	10.869	-	10.869	
INPC	-	-	-	5.641	5.641	INPC	-	-	5.947	5.947	
<b>Total</b>	<b>174</b>	<b>1.904.665</b>	<b>9.121</b>	<b>5.641</b>	<b>1.919.601</b>	<b>Total</b>	<b>518</b>	<b>10.869</b>	<b>5.947</b>	<b>17.334</b>	

Os valores de pagamentos futuros estão distribuídos da seguinte forma:

## Notas Explicativas

CONTROLADORA - 30/09/2014			CONSOLIDADO - 30/09/2014				
Ano	Empréstimos bancários	Total	Ano	Empréstimos bancários	Eletra	Eletobras/ Outras Instituições	Total
2014	-	-	2014	-	205	644	849
2015	-	-	2015	-	848	2.441	3.289
2016	-	-	2016	-	899	2.329	3.228
2017	63.489	63.489	2017	63.489	953	2.329	66.771
2018	190.467	190.467	2018	190.467	1.011	1.552	193.030
2019	190.467	190.467	2019	190.467	1.150	-	191.617
2020	190.467	190.467	2020	190.467	575	-	191.042
2021	190.467	190.467	2021	190.467	-	-	190.467
2022	190.467	190.467	2022	190.467	-	-	190.467
2023	190.467	190.467	2023	190.467	-	-	190.467
2024	190.467	190.467	2024	190.467	-	-	190.467
2025	190.467	190.467	2025	190.467	-	-	190.467
2026	190.467	190.467	2026	190.467	-	-	190.467
2027	126.973	126.973	2027	126.973	-	-	126.973
Total	1.904.665	1.904.665	Total	1.904.665	5.641	9.295	1.919.601

## NOTA 14 – FORNECEDORES

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Imobilizações em Curso	-	-	1.195	1.123
TOTAL	-	-	1.195	1.123
Materiais e Serviços	13	20	636	342
TOTAL	13	20	1.831	1.465

## NOTA 15 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014		31/12/2013	
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
ICMS	-	-	9	-	80	-
INSS	12	8	333	-	288	-
PIS - CORRENTE	-	-	127	-	40	-
PIS - DIFERIDO	-	-	112	-	-	-
COFINS - CORRENTE	-	-	584	-	185	-
COFINS - DIFERIDO	-	-	518	-	-	-
IMPOSTO DE RENDA - CORRENTE	2	19	1.222	-	580	-
IMPOSTO DE RENDA - DIFERIDO	-	-	2.157	-	2.353	1.569
CONTRIBUICAO SOCIAL - CORRENTE	-	9	473	-	219	-
CONTRIBUICAO SOCIAL - DIFERIDO	-	-	776	-	847	565
IRRF	-	3	20	-	19	-
ISS	-	-	43	-	46	-
FGTS	1	-	89	-	133	-
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL	24	-	24	-	-	-
OUTROS	-	-	100	-	46	-
TOTAL	39	39	6.587	-	4.836	2.134

## Notas Explicativas

### NOTA 16 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

A composição da conta obrigações estimadas é a seguinte:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013
	2014	2013
Folha de Pagamento	2.503	1.642
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>2.503</b>	<b>1.642</b>

Refere-se às estimativas das obrigações referentes a férias e encargos devidas aos empregados.

### NOTA 17 – TAXAS REGULAMENTARES

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Taxa de Fiscalização – ANEEL (a)	11	16
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	23	-
Compensação Financeira p/Utiliz.Rec.Hídricos	45	51
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	174	160
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D (b)	1.516	1.322
<b>TOTAL</b>	<b>1.769</b>	<b>1.549</b>

- (a) A Taxa de Fiscalização – Aneel foi instituída pela Lei nº. 9.247/1996 e regulamentada pelo Decreto nº. 2.240/1997. É uma receita destinada à Aneel e cobrada de todos os concessionários, permissionários ou autorizados, representada por 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do benefício econômico anual auferido;
- (b) Pesquisa & Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética – PEE: de acordo com a lei, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 0,75% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e, no mínimo, 0,25% de sua receita operacional líquida em programas de eficiência energética.

### NOTA 18 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA								
	30/09/2014				31/12/2013				
	VALOR DA PROVISÃO				VALOR DA PROVISÃO				
	No Exercício	Provisão	Depósitos		No Exercício	Provisão	Depósitos		
Baixa	REF.	Provisão	Acumulada	Judiciais	Baixa	Provisão	Acumulada	Judiciais	
<b>NÃO CIRCULANTE</b>									
Outros valores contingenciados	193	B.2	-	-	11	172	162	193	20
Total Cíveis	193	-	-	-	11	172	162	193	20
<b>TOTAL - NAO CIRCULANTE</b>	<b>193</b>				<b>11</b>	<b>172</b>	<b>162</b>	<b>193</b>	<b>20</b>

**Notas Explicativas**

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO								
	30/09/2014					31/12/2013			
	VALOR DA PROVISÃO					VALOR DA PROVISÃO			
	Depósitos	No Exercício		Provisão	Depósitos	No Exercício		Provisão	Depósitos
Judiciais	Baixa	REF.	Provisão	Acumulada	Judiciais	Baixa	Provisão	Acumulada	Judiciais
<b>NAO CIRCULANTE</b>									
Trabalhistas / Administrativas									
Diversos	-	B.1	1.083	1.495	111	264	287	412	77
Total Trabalhistas	-		1.083	1.495	111	264	287	412	77
Cíveis									
Outros valores contingenciados	193	B.2	-	-	11	172	162	193	20
Total Cíveis	193		-	-	11	172	162	193	20
Total Trabalhistas + Cíveis	193		1.083	1.495	122	436	449	605	97
TOTAL - NAO CIRCULANTE	193		1.083	1.495	122	436	449	605	97

- Os critérios e divulgação das Contingências Passivas consubstanciaram-se na NBC TG 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes).

a. Contingências Passivas

As Contingências da Controladora dizem respeito a processos de caráter administrativo, fundamentados em sua totalidade por autuações e prováveis autuações da CVM - Comissão de Valores Mobiliários, decorrentes dos atrasos nos envios de informações econômico-financeiras de períodos anteriores.

A Controlada Celg Geração e Transmissão – CELG GT responde por processos judiciais de natureza trabalhista, sendo efetuada a provisão suficiente para cobrir tais perdas no montante de R\$ 1.495 mil.

b. Contingências Ativas

Inexistem contingências ativas classificadas com possibilidade de ganhos praticamente certos, inclusive no âmbito tributário.

c. Prescrição Fiscal

Os lançamentos dos principais tributos, pendentes de homologação futura pela Fazenda Nacional, sujeitam a extinção completa da obrigação fiscal ao transcurso do prazo de prescrição de cinco anos contados da data do lançamento.

**NOTA 19 – OUTROS CREDORES E FOLHA DE PAGAMENTO**

## Notas Explicativas

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	30/09/2014		31/12/2013		30/09/2014		31/12/2013	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Caixa Econômica Federal (a)	2.150	1.720	1.720	3.440	2.150	1.720	1.720	3.440
Folha de Pagamento - Inclui Plano de Demissão Voluntária (PDV)	-	-	-	-	2.038	290	1.666	521
Comissão de Valores Mobiliários - CVM	1	-	-	-	1	-	-	-
Concessionárias e permissionários de energia elétrica	-	-	-	-	6.519	-	92	-
Outros	-	-	-	-	103	-	135	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.151</b>	<b>1.720</b>	<b>1.720</b>	<b>3.440</b>	<b>10.811</b>	<b>2.010</b>	<b>3.613</b>	<b>3.961</b>

- a- Refere-se a recursos recebidos pela Controladora junto à Caixa Econômica Federal – CAIXA, decorrentes do contrato de prestação de serviços financeiros de centralização de créditos provenientes da folha de pagamento da Celgpar, sua controlada e subsidiária.

### NOTA 20 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

COMPOSIÇÃO EM:	CONTROLADORA (PASSIVO A DESCOBERTO)		
	30/09/2014	NO PERÍODO	31/12/2013
Capital Realizado	973.764	-	973.764
Prejuízos Acumulados	(3.078.553)	-	(3.078.553)
(+/-) Resultado do Período	(733.763)	(733.763)	-
Total do Patrimônio Líquido	<u>(2.838.552)</u>	<u>(733.763)</u>	<u>(2.104.789)</u>
Total do Patrimônio Líquido	<u>(2.838.552)</u>	<u>(733.763)</u>	<u>(2.104.789)</u>

- (a) As 32.774 mil ações ordinárias são escriturais e sem valor nominal;
- (b) O valor do Capital Social Realizado da Celgpar, à época de sua constituição, consta do boletim de subscrição anexo à escritura pública de constituição originária de sociedades por ações, sob a denominação da então Companhia Goiás de Participações – Goiaspar. A subscrição foi efetuada levando-se em conta a totalidade do investimento detido pelo Estado de Goiás no capital social da então Companhia Energética de Goiás, atual subsidiária integral Celg D, cujos valores nominais se vinculam à aplicação do percentual de participação direta na controlada, à época correspondente a 98,3262% sob o total do Patrimônio Líquido avaliado da Celg D, que montava em R\$ 987.296 mil, perfazendo o total do investimento inicial em R\$ 970.770 mil.
- O valor patrimonial deste investimento serviu de suporte para a escrituração contábil do capital social inicial da Celgpar no valor de R\$ 970.770 mil, correspondente ao total do Patrimônio Líquido na data de sua constituição, não evidenciando, portanto, a abertura das respectivas rubricas de reservas de reavaliação presentes no Patrimônio Líquido da Celg D. Desta forma, a realização das respectivas reservas de reavaliação da Celg D, ocorridas nos exercícios sociais seguintes e, especificamente no exercício social de 2010, onde ocorreu a sua realização parcial contra o ativo imobilizado reavaliado, provocando a diminuição do seu Patrimônio Líquido e reflexo direto no valor patrimonial do investimento, provocou o efeito direto contra prejuízos acumulados da Celgpar. Este efeito não provocou qualquer impacto nos resultados dos exercícios subseqüentes à constituição da Companhia;
- (c) A Administração da Celgpar, com vistas ao saneamento parcial da situação de Passivo a Descoberto da Companhia, pretende capitalizar, nos próximos exercícios sociais, os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados

## Notas Explicativas

pele Estado de Goiás, que totalizaram em 30 de setembro de 2014 o montante de R\$ 1.421.476 mil (Ver NE 12). As outras medidas cabíveis estarão vinculadas aos resultados futuros da Controlada Celg GT e Subsidiária Celg D.

### NOTA 21 – RECEITA DE SUPRIMENTO DE CURTO PRAZO, RECEITAS DE CONSTRUÇÃO, OUTRAS RECEITAS E DEDUÇÕES DA RECEITA

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	30/09/2014	30/09/2013
Suprimento (21.1)	10.342	9.749
Receita de Construção (21.2) (21.3)	12.233	13.916
Outras Receitas (21.3)	25.249	18.389
(-) Deduções da Receita (21.4)	(6.002)	(5.846)
<b>TOTAL - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>41.822</b>	<b>36.208</b>

21.1 A composição da receita de suprimento de curto prazo é a seguinte:

CLASSES	CONSOLIDADO			
	MWH		R\$mil	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Suprimento	21.967	54.141	10.342	9.749
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>21.967</b>	<b>54.141</b>	<b>10.342</b>	<b>9.749</b>

21.2 A receita de construção foi reconhecida pelo mesmo montante dos custos de construção pela controlada Celg GT. Tais valores são de obrigatório reconhecimento pela ITG 01 - Contratos de Concessão e correspondem ao custo de construção das obras da concessão de geração e transmissão de energia elétrica, não existindo margem de lucro. Desta forma, a receita de construção é igual ao custo de construção. No encerramento do trimestre findo em 30 de setembro de 2014 e 2013 as receitas consolidadas totalizaram R\$ 12.233 mil e R\$ 13.916 mil respectivamente.

21.3 Outras Receitas:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	R\$mil	
	30/09/2014	30/09/2013
Arrendamentos e Aluguéis	821	119
Serviços de Operação e Manutenção (a)	24.428	18.270
Serviços de Construção (b)	12.233	13.916
<b>TOTAL</b>	<b>37.482</b>	<b>32.305</b>

(a) Remuneração destinada pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão;

(b) Refere-se à receita de construção das obras de transmissão de energia elétrica.

**Notas Explicativas****21.4 Deduções da Receita:**

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	30/09/2014	30/09/2013
PIS	587	464
COFINS	2.705	2.138
Quota para reserva global de reversão	205	959
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	212	154
Conta de desenvolvimento energético	752	696
Outros encargos - PROINFA	1.541	1.435
<b>TOTAL</b>	<b>6.002</b>	<b>5.846</b>

**NOTA 22 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Trimestre possuem as seguintes composições por natureza de gastos.

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	CONTROLADORA			
	DESPESAS		TOTAL	
	GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Pessoal e Administradores	808	396	808	396
Serviços de Terceiros	382	418	382	418
Depreciação/Amortização	2	2	2	2
Provisão para Contingência	(63)	89	(63)	89
Tributos	81	68	81	68
Recuperação de Custos/Despesas	-	(5)	-	(5)
Outras	67	20	67	20
<b>TOTAL</b>	<b>1.277</b>	<b>988</b>	<b>1.277</b>	<b>988</b>

## Notas Explicativas

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	CONSOLIDADO					
	CUSTO DO SERVIÇO		DESPESAS		TOTAL	
	OPERAÇÃO		GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Energia Elétrica Comprada para Revenda	4.212	776	-	-	4.212	776
Encargos Uso Sist. Transmissão Distribuição	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Administradores	9.810	9.542	8.559	7.202	18.369	16.744
Entidade de Previdência Privada	193	203	221	209	414	412
Material	218	173	93	70	311	243
Serviços de Terceiros	3.644	3.055	1.612	1.284	5.256	4.339
Depreciação/Amortização	2.586	2.591	16	17	2.602	2.608
Amortização - Ativo Financeiro	-	1	-	-	-	1
Provisão/Reversão p/Crédito Liq. Duvidosa	9	1	-	-	9	1
Provisão para Contingência	-	-	(63)	89	(63)	89
Taxa Fiscalização	129	183	-	-	129	183
Tributos	111	21	200	141	311	162
Recuperação de Custos/Despesas	(25)	(13)	(91)	(65)	(116)	(78)
Custos de Construção	12.233	13.916	-	-	12.233	13.916
Comp. Financeira Utilização de Rec. Hídricos	220	127	-	-	220	127
Outras	939	560	1.320	886	2.259	1.446
<b>TOTAL</b>	<b>34.279</b>	<b>31.136</b>	<b>11.867</b>	<b>9.833</b>	<b>46.146</b>	<b>40.969</b>

### NOTA 23 – SEGUROS

A Companhia, sua Controlada e sua Subsidiária, em 30 de setembro de 2014, não possuíam apólice de seguro de seus bens e instalações. Assim sendo, e tomando por base a obrigatoriedade de contratação de seguro patrimonial prevista nos respectivos Contratos de Concessão, evidencia-se abaixo a posição das tratativas acerca deste assunto por atividade:

- 1) Atividades de Geração e Transmissão: a Administração da Controlada Celg GT efetuará, ao longo do exercício de 2014, a análise dos respectivos bens e instalações a serem segurados, tomando por base a previsibilidade desta avaliação nos respectivos Contratos de Concessão;
- 2) Atividade de Distribuição: a Administração da Subsidiária Celg D desencadeou os procedimentos licitatórios para a contratação do seguro patrimonial dos bens e instalações da Concessão, procedimentos estes que se encontram em andamento.

### NOTA 24 - ENCARGOS FINANCEIROS E EFEITOS INFLACIONÁRIOS

Não houve transferência de encargos financeiros e efeitos inflacionários para o ativo imobilizado em curso por não existir, no trimestre findo em 30 de setembro de 2014, capital de terceiros vinculado a obras em andamento.

### NOTA 25 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A remuneração de empregados e dirigentes da Celgpar, sua Controlada e Subsidiária observam os critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Remuneração - PCR. No trimestre findo em 30 de setembro de 2014, a maior e menor remuneração atribuída a

## Notas Explicativas

empregados ocupantes de cargos permanentes, relativas ao mês de setembro, foram R\$32 mil e R\$4 mil, respectivamente. Aos membros de diretoria e assessoria da Celgpar, a maior e menor remuneração corresponde a R\$32 mil e R\$3 mil, não sendo cumulativa para os diretores da Controladora comuns à Controlada e Subsidiária.

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria relativos ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			TOTAL
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)	
Número de Membros	9	5	3	17
Remuneração Fixa até o fim do 2º trimestre/2014	243	135	150	528
Salário ou pró-labore	243	135	150	528
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável	n/a	n/a	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos Resultados	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por Participação em Reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor Total da Remuneração, por órgão	243	135	150	528

n/a = não aplicável

(1) Dois membros da diretoria foram remunerados pela Controlada Celg Geração e Transmissão - Celg GT, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria relativos ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)
Número de Membros	9	5	3
Valor da maior remuneração individual	3	3	32
Valor da menor remuneração individual	3	3	32
Valor médio da remuneração individual	3	3	32

n/a = não aplicável

(1) Dois membros da diretoria foram remunerados pela Controlada Celg Geração e Transmissão - Celg GT, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

## NOTA 26 – RESULTADO FINANCEIRO

**Notas Explicativas**

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2014 - 30/09/2014	01/01/2013 - 30/09/2013	01/01/2014 - 30/09/2014	01/01/2013 - 30/09/2013
Receitas				
Variações Monetárias	-	-	3.329	5.731
Rendas	255	14	9.460	7.543
Outras	-	-	40	3
Total das Receitas	255	14	12.829	13.277
Despesas				
Variações Monetárias	-	-	(3.071)	(3.159)
Encargos de Dívidas	(4.700)	(22)	(13.137)	(8.259)
Outras - inclui IOF	(33.562)	-	(34.017)	(1.709)
Total das Despesas	(38.262)	(22)	(50.225)	(13.127)
TOTAL GERAL - RESULTADO FINANCEIRO	(38.007)	(8)	(37.396)	150

**NOTA 27 – RESULTADO POR AÇÃO**

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado atribuível aos acionistas controladores da Companhia no trimestre findo em 30 de setembro de 2014 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste período, comparativamente com o trimestre findo em 30 de setembro de 2013 conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA	
	30/09/2014	30/09/2013
Lucro/Prejuízo Líquido do Período Atribuível aos Acionistas:		
Ações Ordinárias	(733.763)	39.671
Total	(733.763)	39.671
Média Ponderada das Ações Ordinárias	32.774	32.774
Total	32.774	32.774
Lucro/Prejuízo Básico e Diluído por Ação Ordinária	(22,389)	1,210

**NOTA 28 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS**

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou a NBC TG 38 – R1 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração) e a NBC TG 39 – R1 (Instrumentos Financeiros: Apresentação); a Deliberação CVM 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou a NBC TG 40 – R1 (Instrumentos Financeiros: Evidenciação); e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia e suas Controladas efetuaram a avaliação de seus instrumentos financeiros, sendo eles: a) Numerário disponível (equivalente ao valor contábil); b) Contas a receber (sujeitas a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; e c) Empréstimos e financiamentos (medidos a valor justo e contabilizados por valores contratuais).

**a. Considerações sobre os riscos**

Os negócios da Subsidiária Celg Distribuição S.A. - Celg D compreendem, principalmente, o fornecimento de energia a consumidores finais, como

## Notas Explicativas

concessionária de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são os seguintes:

### *a.1 Risco de taxa de câmbio:*

Esse risco decorre da possibilidade de a Subsidiária vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. Não há pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra tal risco. Porém, a Controlada monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a efetiva necessidade de contratação de derivativos (swap) para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

### *a.2 Risco de variação cambial na compra de energia de ITAIPU:*

A Subsidiária está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de ITAIPU.

### *a.3 Risco de taxa de juros:*

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Subsidiária vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos vinculados a projetos específicos de infra-estrutura básica, obtidos em moeda estrangeira junto a instituições internacionais de desenvolvimento possuem taxas menores, compatíveis com tais operações, não disponíveis no mercado financeiro nacional.

### *a.4 Risco de crédito:*

O risco de crédito surge da possibilidade de a Subsidiária vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo em relação ao setor privado, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes. Os altos valores dos órgãos públicos constituem risco. A Administração da Subsidiária analisa continuamente as situações em aberto, e possui parcelamento de valores devidos pela maioria das prefeituras.

### *a.5 Risco quanto à escassez de energia:*

A energia vendida é gerada por usinas hidrelétricas não pertencentes à Subsidiária. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas em função do aumento na aquisição de energia, já refletido no incremento do montante de energia comprada no 3º trimestre de 2014 pela subsidiária (Ver Nota 9.2.i) ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento. Este risco é calculado

## Notas Explicativas

mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS que, segundo informações do plano mensal de operação divulgado no site [www.ons.org.br](http://www.ons.org.br), não prevê um programa de racionamento para os próximos dois anos.

*a.6 Risco quanto ao vencimento antecipado de obrigações e recálculo de valores devidos:*

Em 29 de junho de 2006, através de Medida Provisória nº. 303, o Governo Federal anunciou um novo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS III ou Parcelamento Excepcional – PAEX. A Subsidiária possui valores inseridos no PAEX, e a eventual exclusão desse programa implica na exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago, recálculo dos valores devidos e a automática execução das garantias prestadas. A Administração da Subsidiária entende ser remota a possibilidade de exclusão desse programa, pois os valores das parcelas estão sendo pagos no vencimento.

### NOTA 29 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais operações realizadas com a Subsidiária Celg Distribuição S.A. - Celg D e a Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT podem ser resumidas como a seguir demonstrado:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Ativo Circulante				
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (2)	-	-	5.556	5.423
TOTAL:	-	-	5.556	5.423
Ativo Não Circulante				
Celg Distribuição S.A.-Celg D (4)	108.167	-	108.167	-
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (5)	112.818	-	-	-
TOTAL:	220.985	-	108.167	-
Passivo Circulante				
Celg Distribuição S.A.-Celg D e Celg Geração e Transmissão S.A.-Celg GT (1) (2)	-	661	51	47.525
TOTAL:	-	661	51	47.525
Passivo Não Circulante				
Celg Distribuição S.A.-Celg D e Celg Geração e Transmissão S.A.-Celg GT (3)	-	-	-	61.555
TOTAL:	-	-	-	61.555

(1) Valores a receber e a pagar referentes ao processo de desverticalização da Companhia Energética de Goiás;

(2) Refere-se a transações entre as Controladas Celg D e Celg GT, decorrentes da utilização da rede básica e valores decorrentes do processo de desverticalização da Companhia Energética de Goiás;

(3) Valor referente à transferência, pela Celg D, de ativos da SE Carajás para a Celg GT;

(4) Valor referente ao Contrato de Mútuo firmado entre a Celgpar e Celg D, objeto da cláusula terceira do Contrato de Financiamento nº. 0412.113-76/2014, firmado com a Caixa Econômica Federal - Caixa;

(5) Valor referente ao Contrato de Cessão de Créditos firmado entre a Celgpar, a Celg D e a Celg GT, objeto da cláusula terceira do Contrato de Financiamento nº. 0412.113-76/2014, firmado com a Caixa Econômica Federal - Caixa.

### NOTA 30 – PLANO DE APOSENTADORIA

A Celgpar é patrocinadora da FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA - ELETRA, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por

## Notas Explicativas

finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos empregados da companhia. A seguir, apresentam-se as principais informações quanto aos benefícios aos associados e seus reflexos na patrocinadora:

### a) Definição dos tipos de benefícios

A Celgpar, através da ELETRA, oferece aos seus empregados o plano denominado Plano Misto de Benefícios - CELGPREV, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de Contribuição Definida - CD, durante o período de acumulação e de Benefício Definido, na fase de pagamento.

A Celgpar tem responsabilidade, no Plano Misto, e na fase de acumulação, variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a Companhia assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência.

### b) Descrição do Plano Misto de Benefícios - CELGPREV

#### b1) Características

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos e pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários.

Os benefícios do Plano são os seguintes:

BENEFÍCIO
Suplementação de Aposentadoria
Suplementação de Aposentadoria por Invalidez
Suplementação de Pensão
Suplementação de Abono Anual

### c) Estatísticas dos participantes e assistidos do Plano CELGPREV

ESTATÍSTICA	Total
Quantidade	1
Idade Média Atual	72,51
Tempo Médio de Empresa	16,25
Salário de Participação Médio	R\$ 2.683,78

## Notas Explicativas

### d) Premissas Atuariais

As premissas utilizadas para avaliação atuarial tomaram por base os critérios estabelecidos na Deliberação CVM Nº. 695/2012, conforme determinação do item 49.c do pronunciamento anexo à mesma, tendo sido aplicado o Método PUC para a obtenção do Valor Presente da Obrigação Atuarial, executadas por atuário especializado. As premissas são as seguintes:

#### d1) Premissas Financeiras

PREMISSAS FINANCEIRAS	31/12/2013	31/12/2012
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	6,50% a.a.	5,50% a.a.
Projeção de aumentos salariais médios anual	7,15% a.a.	2,65% a.a.
Projeção de aumentos dos benefícios médio anual (INPC)	4,50% a.a.	5,84% a.a.
Taxa de inflação média anual	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Expectativa de retorno dos ativos do plano	11,29% a.a.	10,25% a.a.

#### d2) Premissas Demográficas

PREMISSAS DEMOGRÁFICAS	31/12/2013	31/12/2012
Taxa de Rotatividade	3,74%	3,53%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT-2000 MALE	AT-2000 MALE
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT-2000 MALE	AT-2000 MALE
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	MI - 85	MI - 85
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Tábua de morbidez	N/A	N/A
Idade de Aposentadoria	Conforme regulamento do plano	Conforme regulamento do plano
Participantes/Aposentados	Família Média - Informações da Entidade	Família Média - Informações da Entidade

#### d3) Outras Premissas:

- Hipótese sobre Gerações Futuras de Novas Entradas: Não Aplicada
- Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: Família Média Calculada com Base em Informações da entidade.
- Os salários, benefícios e demais variáveis financeiras (tetos, pisos e UME) foram reajustados pelo INPC entre a data do cadastro e 31 de dezembro de 2013.

#### e) Custo do Patrocinador

Em 2014, o montante de contribuições da Celgpar para a Eletra foi de R\$ 18 mil.

#### f) Política adotada para reconhecimento de Perdas e Ganhos atuarias

f1) De acordo com a Lei Complementar nº. 108, de 29 de maio de 2001, os resultados deficitários dos planos devem ser equacionados paritariamente entre as Patrocinadoras, os Participantes e os Assistidos, enquanto que os superávits são destinados à constituição de reserva de contingência.

## Notas Explicativas

f2) De acordo com a divulgação dos Resultados Atuariais, efetuado pela GAMA CONSULTORES ASSOCIADOS, com base na NBC TG 33 (Benefícios a Empregados), não se apurou Déficit Actuarial no Plano BD para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

### NOTA 31 – OUTRAS INFORMAÇÕES

#### a. Fato relevante - Acordo Governo do Estado de Goiás e Eletrobras

A Lei 12.688, de 18 de julho de 2012, objeto da conversão da Medida Provisória n.º 559, de 2 de março de 2012, autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras adquirir participação societária da Subsidiária Celg Distribuição S.A. – Celg D de no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias com direito a voto. Conforme pactuado nos Acordos de Acionistas e de Gestão, celebrados em 24 de abril de 2012, as tratativas para a aquisição do controle acionário da Subsidiária pela Eletrobras encontram-se em andamento, vinculadas especificamente no delineamento das questões técnicas da operação de troca de controle acionário, com vistas a se permitir a negociação direta das ações da Celg D, de propriedade da Celgpar, para a Eletrobras. Foram efetuadas, conforme previsto nos Acordos, duas avaliações distintas da Celg D que culminaram em acentuadas divergências de preço, motivadas especificamente pela possibilidade de prorrogação da concessão da Celg D por mais 30 anos.

Estas divergências foram tratadas no âmbito do delineamento de novas premissas de avaliação e apreciadas pelas partes, resultando no firmamento de Termo de Entendimento em 29 de janeiro de 2014, com divulgação de Comunicado ao Mercado em 30 de janeiro de 2014, cujo objetivo foi confirmar o interesse da Eletrobras na aquisição de até 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias de emissão da Celg D, em condições estabelecidas para a continuidade do negócio. Este Termo desencadeou novos trabalhos de avaliação pelas partes, que foram finalizados a partir do levantamento das informações e certificação dos documentos de suporte dos registros contábeis.

Em 26 de agosto de 2014 foi assinada a Promessa de Compra e Venda de Ações entre as partes, tendo sido aprovado, posteriormente, no âmbito das Assembleias Gerais de Acionistas da Celgpar e da Eletrobras, a aquisição, pela Eletrobras, de até 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias de emissão da Celg D, fatos estes devidamente comunicados ao Mercado. Atualmente este processo de aquisição encontra-se em andamento, permanecendo o prazo para exercício de direito de preferência, por todos os acionistas da Celgpar, de possíveis sobras de ações de emissão da Celg D.

#### b. Prorrogação da Concessão de Distribuição de Energia Elétrica

Com a edição, pelo Governo Federal, da Medida Provisória n.º 579, de 11 de setembro de 2012, a qual condicionou a renovação do serviço público de energia elétrica à aceitação e concordância com novas regras regulatórias, tendo a concessionária o prazo para manifestação até o dia 15 de outubro de 2012. A Subsidiária Celg D, através da Carta PR-1507/12, protocolou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em 11 de outubro de 2012, a manifestação de concordância à prorrogação da concessão de distribuição de energia elétrica.

As medidas adotadas pelo Governo Federal visam, de maneira específica, beneficiar os consumidores de energia elétrica através da redução de três componentes tarifárias: custo de geração, custo de transmissão e encargos setoriais. A Medida Provisória n.º 579/2012 foi

## Notas Explicativas

convertida na Lei nº. 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e regulamentada pelo Decreto nº. 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Por intermédio da Lei nº. 12.783/2013, o Governo Federal pretendeu encerrar as discussões se as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, § 5º, 19 e 22 da Lei nº. 9.074, de 7 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, poderiam ser prorrogadas por mais até 20 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos Contratos de Concessão, ou se estas seriam licitadas.

Desta forma, a Lei nº. 12.783/2013, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, alcançadas pelos artigos listados acima, impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30 anos, porém impondo, ao novo Contrato de Concessão a ser assinado, novas condições a serem pré-estabelecidas pelo poder concedente, condições estas que, pelo contrato de concessão, deveriam ser obrigatoriamente apresentadas à Concessionária até o dia 7 de janeiro de 2014. A Aneel, por intermédio do Ofício Circular nº. 01/2014-DR/ANEEL, de 17 de janeiro de 2014, informou, dentro de sua competência regulatória, estar realizando a análise dos requerimentos de prorrogação das concessões de distribuição, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação ou rejeição dos pedidos efetuados pelas Concessionárias.

Houve a recomendação do Ministério Público do Estado de Goiás, formalizada no Inquérito Civil Público nº. 201300309045, que a Administração da Celgpar abstenha-se de praticar qualquer ato que concretize a transferência de controle acionário da Subsidiária Celg D à Eletrobras sem que haja manifestação da Aneel acerca da prorrogação do contrato de concessão, o que não impediu, por conseguinte, que os trabalhos de avaliação fossem finalizados (Ver Nota Explicativa nº. 31.a).

### c. Prorrogação das Concessões de Geração e Transmissão de Energia Elétrica

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº. 579, regulamentada pelo Decreto nº. 7.805, de 14 de setembro de 2012, com o objetivo de definir os critérios para a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica vincendas no período de 2015 a 2017. A Medida Provisória nº. 579/2012 foi convertida na Lei nº. 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e regulamentada pelo Decreto nº. 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Sob este enfoque a Controlada Celg GT enviou correspondência à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, manifestando o interesse na prorrogação de seus contratos de concessão descritos na Nota Explicativa nº. 1.3.

A decisão quanto a estas prorrogações foi objeto de deliberação, por parte da acionista única Companhia Celg de Participações – Celgpar, por meio da 74ª Reunião do Conselho de Administração, com início em 12 de novembro de 2012 e término em 21 de novembro de 2012, e 29ª Assembleia Geral Extraordinária, de 23 de novembro de 2012.

As premissas das prorrogações apontam que as tarifas de geração foram definidas em R\$ 129,12653 (cento e vinte e nove reais, e doze mil, seiscentos e cinquenta e três centésimos de milésimos) por kW ano para a Usina Hidrelétrica de São Domingos, e R\$ 204,08464 (duzentos e quatro reais, e oito mil, quatrocentos e sessenta e quatro centésimos de milésimos) por kW ano para a Usina Hidrelétrica de Rochedo, pela Portaria nº. 578, de 31 de outubro de 2012, do Ministério de Estado de Minas e Energia (“MME”) e do Ministério de Estado da Fazenda.

A Receita Anual Permitida – RAP para a concessão de transmissão foi ratificada em R\$ 16.468.803,68 (dezesseis milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e três reais e sessenta e oito centavos), pela Portaria nº. 579, de 31 de outubro de 2012, do MME.

## Notas Explicativas

Por intermédio da Portaria Interministerial nº. 580, de 1º de novembro de 2012, ficou estabelecido o valor da indenização das concessões de transmissão, sendo este fixado em R\$ 98.740.514,73 (noventa e oito milhões, setecentos e quarenta mil, quinhentos e quatorze reais e setenta e três centavos), não tendo sido definida a indenização para a concessão da Usina Hidrelétrica de São Domingos, e inexistindo a indenização para Usina Hidrelétrica de Rochedo.

O MME apresentou deferimento aos requerimentos das prorrogações dos prazos das concessões de geração e transmissão, atribuindo o seguinte:

CONCESSÃO	VENCIMENTO COM A PRORROGAÇÃO
Usina Hidrelétrica de São Domingos	24 de maio de 2041
Usina Hidrelétrica de Rochedo	31 de dezembro de 2042
Concessão de Transmissão	31 de dezembro de 2042

A Administração da Controlada Celg GT, após uma criteriosa avaliação da nova metodologia de cálculo da receita, e de forma conjunta aos interesses dos acionistas, optou por não efetuar a prorrogação da concessão de Geração, permanecendo a vigência dos contratos atuais desta concessão, à exceção da Usina Hidrelétrica de São Domingos, cuja renovação encontra-se, atualmente, em discussão administrativa junto ao Ministério de Minas e Energia – MME, bem como na esfera judicial.

A Controlada Celg GT, mesmo com o contrato de concessão da Usina Hidrelétrica de São Domingos vencido, continua com a operação, manutenção e administração da mesma. No entanto, o MME, através da Portaria nº. 190, de 6 junho de 2013, designou como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica desta Usina a empresa Furnas Centrais Elétricas S.A. Após isto, o MME revogou esta Portaria, editando a Portaria nº. 352, de 10 de outubro de 2013, designando novamente a Controlada Celg GT como responsável pela Usina, a partir de 1º de novembro de 2013, sendo que esta prestação do serviço de geração de energia será realizada até a assunção do concessionário vencedor da licitação.

Com relação à concessão de Transmissão, optou-se pela renovação da mesma, tendo sido assinado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº. 063/2001-ANEEL, com vigência até 5 de dezembro de 2042. O valor da indenização desta concessão, estipulado em R\$ 98.740.514,73 (noventa e oito milhões, setecentos e quarenta mil, quinhentos e quatorze reais e setenta e três centavos), vem sendo recebido parceladamente pela Celg GT, com vencimento em 7 de julho de 2015, atualizadas pelo IPCA e acrescidas pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano.

Não obstante as decisões acerca do tratamento destas renovações terem estipulado os desdobramentos acima, observa-se que a análise da Administração da Celg GT, conjuntamente ao Conselho de Administração e Assembleia Geral de Acionistas da Controladora Celgpar, apontam que tanto a Receita Anual Permitida, quanto os valores de indenizações relativas às concessões de geração e transmissão não atenderam às expectativas da Celg GT.

Desta forma, o Conselho de Administração da Controladora Celgpar e, respectivamente, a Assembleia Geral de Acionistas, deliberaram pela aprovação da execução de todas as providências administrativas e judiciais, objetivando evitar prejuízo à Celg GT e, sucessivamente, buscar a preservação das concessões de geração e transmissão e, concomitantemente em relação às indenizações.

Neste sentido, foram implementadas todas as medidas administrativas e judiciais, visando auferir indenizações, pertinentes à geração e transmissão, de todos os ativos ainda não depreciados, independente do previsto na Medida Provisória nº. 579, de 11 de setembro de 2012, sendo que estas medidas encontram-se na esfera judicial com os seguintes andamentos:

## Notas Explicativas

- O Processo Judicial referente às Concessões de Geração requer o reconhecimento do direito adquirido de prorrogar a concessão da Usina de São Domingos por mais 20 (vinte) anos, em decorrência da aplicação dos termos do Contrato de Concessão 062/2000 e da Celg GT ter cumprido todas as condições impostas para a obtenção da prorrogação. Requer em pedido alternativo a quantificação da indenização desta Usina para fins de não prorrogação do Contrato de Concessão. Para Usina de Rochedo, foi requerido o reconhecimento da possibilidade de sua ampliação nos termos do contrato 062/2000 e não conforme o regime de cotas definido na MP 579/2012;

- O Processo Judicial referente à Concessão de Transmissão requer a elaboração de novo cálculo da RAP (Receita Anual Permitida), considerando-se os reais custos de operação do sistema, e a majoração da indenização dos ativos de transmissão, garantindo o direito ao contraditório na elaboração destes cálculos.

Ambos processos judiciais tramitam na 2ª Vara Federal de Goiânia-GO e ambos estão conclusos ao juiz, para se proferir decisão quanto ao pedido de especificação das provas que as Partes desejam produzir.

### d. Medida Provisória Nº. 627, de 11 de novembro de 2013

Foi publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2013 a Medida Provisória – MP nº 627, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e que “Altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda de Pessoas Jurídicas – IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS; dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior”.

A MP tem como objetivo a adequação da legislação tributária à legislação societária e, assim estabelecer os ajustes que devem ser efetuados em livro fiscal para a apuração da base de cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e, conseqüentemente, extinguindo o RTT. Além disso, traz as convergências necessárias para a apuração da base de cálculo da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS.

A referida MP deverá ser adotada obrigatoriamente para o ano-calendário 2015, sendo facultada a sua adoção no ano-calendário 2014, conforme seu artigo 71. Em uma avaliação preliminar a Administração da Celgpar entende que não haverá impactos relevantes na organização, tendo aguardado a sua conversão em Lei para efetuar uma análise mais profunda e conclusiva das alterações introduzidas, não a adotando no ano-calendário 2014. Observa-se que a referida Medida Provisória foi convertida na Lei nº. 12.973, de 13 de maio de 2014.

### e. Conciliação entre o Lucro/Prejuízo Líquido e o Caixa Líquido Gerado/Consumido nas Atividades Operacionais

Conforme as orientações do item 20A da NBC TG 03 – R2 (Demonstração dos Fluxos de Caixa), a conciliação entre o prejuízo líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais deve ser fornecida, caso a entidade utilize o Método Direto para apurar o fluxo líquido das atividades operacionais. Abaixo a referida conciliação:

## Notas Explicativas

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**  
**CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO E O CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO)**  
**NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS**  
**TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 30 DE SETEMBRO DE 2013**

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
<b>LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	(733.763)	39.671	(733.763)	39.671
<b>MAIS</b>	695.742	2	723.286	29.429
Depreciação	2	2	2.602	2.608
Amortização do Ativo Financeiro - Concessões	-	-	-	1
Provisão para Desvalorização de Participações Societárias Permanentes	694.986	-	694.986	-
Perda de Equivalência Patrimonial	754	-	425	32
Custo da Construção	-	-	12.233	13.916
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	9	1
Provisão para Contingências	-	-	1.181	607
Outras Despesas Financeiras - Variações Monetárias	-	-	11.850	12.264
<b>MENOS</b>	(193)	(39.574)	(21.971)	(76.079)
Ganho de Equivalência Patrimonial	-	(39.491)	(3.124)	(27.335)
Receita da Construção	-	-	(12.233)	(13.916)
Reversão da Provisão para Contingências	(193)	(83)	(193)	(83)
Outras Receitas Financeiras - Variações Monetárias	-	-	(6.421)	(9.643)
Ganho na Indenização do Ativo Financeiro - Concessões	-	-	-	(25.102)
<b>AJUSTES POR VARIAÇÃO NO CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO</b>	1.049	(1.383)	4.208	14.788
Contas a receber	-	-	(7.134)	1.689
Créditos fiscais	-	-	(922)	892
Outros devedores	9	(7)	1.469	32
Variações Ativas - Transação com partes relacionadas	37.745	-	36.915	376
Estoques	-	-	(3)	5
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(8)	(39)
Fornecedores	(7)	(1)	293	(33)
Folha de pagamento	-	-	24	557
Tributos e contribuições sociais	-	(85)	608	8.163
Obrigações estimadas	-	-	570	212
Taxas regulamentares	-	-	222	(447)
Variações Passivas - Transação com partes relacionadas	(661)	-	(602)	8
Outros credores	(1.289)	(1.290)	5.092	(1.150)
Receitas financeiras recebidas	-	-	4.870	7.890
Despesas financeiras pagas	(35.653)	-	(36.340)	(1.059)
Tributos sobre o lucro	-	-	(1.751)	(2.308)
Outras variações ativas e passivas	905	-	905	-
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(37.165)</b>	<b>(1.284)</b>	<b>(28.240)</b>	<b>7.809</b>

f. Autorização de Emissão das Informações Trimestrais

Eventos subsequentes ao período a que se referem essas Informações Trimestrais são eventos, favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data final do período a que se referem, ou seja, 30 de setembro de 2014, e a data na qual é autorizada a emissão dessas Informações.

Esta autorização é de competência da diretoria, tendo sido as Informações Trimestrais apreciadas em Reunião do Conselho Fiscal da Celgpar, realizada em 13 de novembro de 2014.

## Notas Explicativas

### g. Continuidade Operacional

Objetivando estabelecer as condições de continuidade operacional da Companhia, a Administração da Celgpar pretende implementar as seguintes medidas nos próximos exercícios sociais:

- a) No saneamento parcial da situação de Passivo a Descoberto capitalizar, dada à condição de Companhia Aberta da Celgpar, os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo Estado de Goiás, que totalizaram em 30 de setembro de 2014 o montante de R\$ 1.421.476 mil (Ver NE 12);
- b) Manter as solicitações de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, junto ao Estado de Goiás, em níveis condizentes com sua execução orçamentária, buscando garantir a situação de adimplência com fornecedores, governo e financiadores;
- c) Estabelecer condições de gerenciamento e captura dos resultados futuros e fluxo de dividendos da Controlada Celg GT, a partir da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das concessões de geração e transmissão. Estes resultados, especificamente os vinculados ao fluxo de dividendos desta Controlada, foram dados em contra-garantia às garantias oferecidas pelo Estado de Goiás ao empréstimo efetuado junto à Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 1.900.000 mil, ocorrido em setembro/2014 (Ver NE 13);
- d) Estabelecer condições de gerenciamento e captura dos resultados futuros e fluxo de dividendos da Subsidiária Celg D, a partir da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão de distribuição, mediante a sua prorrogação. Estes resultados, especificamente os vinculados ao fluxo de dividendos desta Subsidiária, foram dados em contra-garantia às garantias oferecidas pelo Estado de Goiás ao empréstimo efetuado junto à Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 1.900.000 mil, ocorrido em setembro/2014 (Ver NE 13).

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Elie Issa El Chidiac, Leonardo Moura Vilela, Bruno Perillo Philocreon, Peterson Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

#### CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, Rene Pompeo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça, José Jorge Vilela Lobo.

#### DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena  
Diretor -Presidente  
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes  
Diretor Vice-Presidente e de Relações com  
Investidores  
CPF: 082.965.101-20

Elie Issa El Chidiac  
Diretor de Gestão Corporativa  
CPF: 704.619.021-68

Eduardo José dos Santos  
Contador-CRC-GO 13.496/O-8  
CPF: 767.706.561-91

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

À

DD. DIRETORIA DA

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGPAR

GOIÂNIA – GO

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGPAR, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGPAR é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a NBC TG 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Enfatizamos que nossas conclusões não prescindem do que constam nas notas explicativas que acompanham as informações trimestrais.

### Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Enfatizamos que nossas conclusões não prescindem do que constam nas notas explicativas que acompanham as informações trimestrais.

### Ênfases

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.2 e nº 2 III (a2 e a3), com a formalização do acordo de acionistas e acordo de gestão entre o Governo do Estado de Goiás, as Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras e a CELGPAR, tomando por base os pressupostos da NBC TG 36-R2 (Demonstrações Consolidadas), a Eletrobras passou a deter a preponderância e controle sobre as deliberações sociais da CELG D, incluindo a indicação da maioria dos membros do Conselho de Administração e Fiscal da Subsidiária, bem como as respectivas diretorias: Presidência, Diretoria Econômico-Financeira, Diretoria Administrativa, Diretoria de Distribuição e Diretoria Comercial. Os investimentos na controlada e subsidiária estão demonstrados ao custo e ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Nas informações trimestrais consolidadas os saldos dos investimentos na controlada CELG GT foram eliminados contra o respectivo patrimônio líquido dessa controlada. O saldo do valor patrimonial do investimento na subsidiária CELG D permaneceu ajustado pela equivalência patrimonial nas informações trimestrais consolidadas, incluindo a respectiva provisão para desvalorização do investimento nessa participação societária, ou seja, os saldos patrimoniais e de resultado dessa subsidiária não foram consolidados com a CELGPAR nas informações trimestrais de 30 de setembro de 2014 comparativamente à posição apresentada em 31 de dezembro de 2013. As informações trimestrais consolidadas incluem as informações trimestrais individuais da controlada CELG GT. As informações individuais da controlada CELG GT foram incorporadas ao processo de consolidação da CELGPAR na data-base de 30 de setembro de 2014, sendo que esta controlada obedeceu a posição adotada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, no que concerne à não adoção da consolidação proporcional do Investimento Controlado em Conjunto na Energética Corumbá III - ECIII, nos moldes da NBC TG 19-R1 – Negócios em Conjunto. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, letra "i", as informações trimestrais individuais de entidades com investimento em controlada ou empreendimento em conjunto avaliado pela equivalência patrimonial de acordo com o exigido pela legislação brasileira vigente não são consideradas, com esse método de avaliação, como estando conforme as normas internacionais de contabilidade. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 8, a Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão não indenizadas, para fins de indenização. O cronograma destes serviços informado a ANEEL prevê a finalização em até 15 (quinze) meses contados a partir de 31 de dezembro de 2013. A Administração da Companhia entende que a avaliação, tomando por base os critérios de determinação do respectivo banco de preços, não apresentará descolamento dos valores consignados na contabilidade da controlada CELG GT, sendo que possíveis indicativos de impairment serão avaliados no decorrer dos trabalhos de avaliação, especificamente pela apresentação, antes de qualquer formalização junto ao órgão regulador, dos resultados parciais com vistas à apreciação para possíveis ajustes, no que couber. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme descrito na nota explicativa nº 9.1.(a), o valor da provisão para Desvalorização das Participações Societárias, apresentado em conta específica do Passivo Circulante, da Subsidiária CELG D, foi reduzido para o montante de R\$ 44.078 mil. Este decréscimo acentuado se deve principalmente ao aumento de capital efetuado pela CELGPAR nesta Subsidiária, objeto das tratativas de transferência de até 51% das ações desta à ELETROBRAS, conforme item 2.1.2 da Cláusula Segunda, da Promessa de Compra e Venda de Ações assinada em 26 de agosto de 2014. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9.2.b, a subsidiária CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D no período compreendido entre 6 de novembro e 8 de dezembro de 2006 passou por um processo de fiscalização pela Agência Goiana de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, a qual teve a finalidade de verificar a utilização dos critérios estabelecidos para o enquadramento dos consumidores no benefício tarifário de baixa renda, conforme Resoluções da ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002, e nº485, de 29 de agosto de 2002. O resultado da fiscalização culminou na emissão do Termo de Notificação nº 001/2007, no valor de R\$ 36.390 mil, encaminhado à subsidiária CELG D através do Ofício nº 303/AGR/2007-PRE, de 06 de fevereiro de 2007. A subsidiária encaminhou resposta através da carta PR-0306/07, de 02 de março de 2007, manifestando-se sobre as não conformidades e determinações do referido termo, citando inclusive a Resolução ANEEL nº 245, de 19 de dezembro de 2006 (editada após a conclusão da fiscalização da AGR), na qual a Agência reconhece a possibilidade de haver a duplicidade do benefício, devendo a concessionária regularizar a titularidade da unidade consumidora ou obter, do morador efetivo, declaração assinada de que não pode fazer a devida transferência de titularidade. Em resposta à manifestação da subsidiária, a AGR encaminhou o Ofício nº 418/2007-PRE informando que o valor constante do termo de notificação em referência será revisto à medida que se for comprovando a inexistência de duplicidade do benefício. Em 18 de dezembro de 2007, a ANEEL editou a Resolução Normativa nº 297 anulando o artigo 3º da Resolução ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002. Em função dessa anulação, foi encaminhado à AGR o Ofício nº PR-132/02, de 21 de janeiro de 2008, solicitando a anulação do relatório de fiscalização que motivou a emissão do Termo de Notificação nº 001/2007. Em resposta, a Agência expediu o Ofício nº 029/2008-DED-AGR informando que os valores serão revistos, considerando a nova metodologia de cálculo requisitada pela ANEEL. A realização da subvenção econômica de Baixa Renda anteriormente classificada no Ativo Não Circulante da Subsidiária Integral CELG D, prevista no acordo efetuado entre o Estado de Goiás e a Eletrobras, com interveniência da CELGPAR e CELG D, foram utilizados na contrapartida de quitação de obrigações para com o Sistema Eletrobras. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9.2.d, o montante dos créditos da subsidiária CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D com o Estado de Goiás correspondente a: (a) Lei nº 13.062/97, de 09 de maio de 1997 - referente a valores não repassados pelo Governo Estadual à Subsidiária, para fazer face às amortizações dos empréstimos e financiamentos contratados para a construção da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada, objeto da cisão desta no exercício social de 2006; e (b) Parcelamento – Em 29 de dezembro de 2005, foi assinado entre o Estado de Goiás e a subsidiária CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D o Quarto Termo Aditivo ao Termo de Encontro de Contas, de 25 de julho de 2001, o qual foi aprovado pela ANEEL através do Despacho nº 528, de 05 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União em 6 de março de 2007. O saldo devedor desse Termo foi atualizado monetariamente pela variação do IGPM e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês. O valor de R\$ 1.600.000 mil foi pago à Subsidiária pelo Estado de Goiás, mediante a utilização de parte dos recursos da 1ª tranche do empréstimo obtido pelo mesmo junto a Caixa Econômica Federal, liberada em 29 de dezembro de 2011, R\$ 29.889 mil pagos em 16 de maio de 2012 com parte dos recursos da 2ª tranche e R\$ 300.000 mil pagos em 28 de dezembro de 2012 com recursos da 3ª tranche do referido empréstimo. No exercício de 2013 o Estado de Goiás pagou, com recursos próprios, a importância de R 27.000 mil. Este empréstimo faz parte das negociações em andamento entre o Estado de Goiás e as Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás, definidas no Protocolo de Intenções assinado em 15 de dezembro de 2011 e, por sua vez, referendadas no acordo de acionistas assinado em 24 de abril de 2012. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 23, a Companhia, sua Controlada e sua Subsidiária, em 30 de setembro de 2014, não possuíam apólice de seguro de seus bens e instalações. Assim sendo, e tomando por base a obrigatoriedade de contratação de seguro patrimonial prevista nos respectivos Contratos de Concessão, a Companhia está em tratativas acerca deste assunto por atividade: 1) Atividades de Geração e Transmissão: a Administração da Controlada Celg GT efetuará, ao longo do exercício de 2014, a análise dos respectivos bens e instalações a serem segurados, tomando por base a previsibilidade desta avaliação nos respectivos Contratos de Concessão; 2) Atividade de Distribuição: a Administração da Subsidiária CELG D desencadeou os procedimentos licitatórios para a contratação do seguro patrimonial dos bens e instalações da Concessão, procedimentos estes que se encontram em andamento. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 29, a Companhia possui transações com partes relacionadas, decorrentes de utilização da rede básica e valores decorrentes do processo de desverticalização da Companhia Energética de Goiás, bem como transferência, pela CELG D, de ativos da SE Carajás para a CELG GT. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 31 (a) – Acordo do Governo do Estado de Goiás e Eletrobras - a Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, autorizou a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras adquirir participação societária da Subsidiária CELG Distribuição S.A. – CELG D de no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias com direito a voto. Conforme pactuado nos Acordos de Acionistas e de Gestão, celebrados em 24 de abril de 2012, as tratativas para a aquisição do controle acionário da Subsidiária pela Eletrobras encontram-se em andamento, vinculadas especificamente no delineamento das questões técnicas da operação de troca de controle acionário, com vistas a se permitir a negociação direta das ações da CELG D, de propriedade da CELGPAR, para a Eletrobras. Foram efetuadas, conforme previsto nos Acordos, duas avaliações distintas da CELG D que culminaram em acentuadas divergências de preço, motivadas especificamente pela possibilidade de prorrogação da concessão da CELG D por mais 30 anos. Estas divergências foram tratadas no âmbito do delineamento de novas premissas de avaliação e apreciadas pelas partes, resultando no firmamento de Termo de Entendimento em 29 de janeiro de 2014, com divulgação de Comunicado ao Mercado em 30 de janeiro de 2014, cujo objetivo foi confirmar o interesse da Eletrobras na aquisição de até 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias de emissão da CELG D, em condições estabelecidas para a continuidade do negócio. Este Termo desencadeou novos trabalhos de avaliação pelas partes, que foram finalizados a partir do levantamento das informações e certificação dos documentos de suporte dos contábeis. Em 26 de agosto de 2014 foi assinada a Promessa de Compra e Venda de Ações entre as partes, tendo sido aprovado, posteriormente, no âmbito das Assembleias Gerais de Acionistas da CELGPAR e da ELETROBRAS, a aquisição, pela ELETROBRAS, de até 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias de emissão da CELG D, fatos estes devidamente comunicados ao Mercado. Atualmente este processo de aquisição encontra-se em andamento, permanecendo o prazo para exercício de direito de preferência, por todos os acionistas da CELGPAR, de possíveis sobras de ações de emissão da CELG D. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 31 (b) – Prorrogação da Concessão de Distribuição de Energia Elétrica - com a edição da MP nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e regulamentada pelo Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, a qual condicionou a renovação do serviço público de energia elétrica à aceitação e concordância com novas regras regulatórias, tendo a concessionária o prazo para manifestação até o dia 15 de outubro de 2012. A subsidiária CELG D, através da Carta PR-1507/12, protocolou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em 11 de outubro de 2012, a manifestação de concordância à prorrogação da concessão de distribuição de energia elétrica. Houve a recomendação do Ministério Público do Estado de Goiás, formalizada no Inquérito Civil Público nº 201300309045, que a Administração da CELGPAR abstenha-se de praticar qualquer ato que concretize a transferência de controle acionário da Subsidiária CELG D à Eletrobras sem que haja manifestação da ANEEL acerca da prorrogação do contrato de concessão, o que não impediu, por conseguinte, que os trabalhos de avaliação fossem realizados. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 31 (c) – Prorrogação das Concessões de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a MP nº 579, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. A decisão quanto a estas prorrogações foi objeto de deliberação, por parte da acionista única CELGPAR, por meio da 74ª Reunião do Conselho de Administração, com início em 12 de novembro de 2012 e término em 21 de novembro de 2012, e 29ª Assembleia Geral Extraordinária, de 23 de novembro de 2012. A Administração da Controladora CELG GT, de forma conjunta aos interesses dos acionistas, optou por não efetuar a prorrogação da concessão de Geração, permanecendo a vigência dos contratos atuais desta concessão, à exceção da Usina Hidrelétrica de São Domingos, cuja renovação encontra-se, atualmente, em discussão administrativa junto ao Ministério de Minas e Energia – MME, bem como na esfera judicial. Com relação à concessão de Transmissão, optou pela renovação da mesma, tendo assinado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº. 063/2001-ANEEL, com vigência até 05 de dezembro de 2042. O valor da indenização desta concessão, estipulado em R\$ 98.740 mil, vem sendo recebido parceladamente pela CELG GT. Não obstante as decisões acerca do tratamento destas renovações a Administração da CELG GT, conjuntamente ao Conselho de Administração e Assembleia Geral de Acionistas da Controladora CELGPAR, apontam que tanto a Receita Anual Permitida, quanto os valores de indenizações relativas às concessões de geração e transmissão não atenderam às expectativas da CELG GT. Desta forma, o Conselho de Administração da Controladora CELGPAR e, respectivamente, a Assembleia Geral de Acionistas, deliberaram pela aprovação da execução de todas as providências administrativas e judiciais, objetivando evitar prejuízo à CELG GT e, sucessivamente, buscar a preservação das concessões de geração e transmissão e, concomitantemente em relação às indenizações. Neste sentido, foram implementadas medidas administrativas e judiciais, visando auferir indenizações, pertinentes à geração e transmissão, de todos os ativos ainda não depreciados, independente do previsto na Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012. Os processos judiciais referentes às Concessões de Geração e Transmissão tramitam na 2ª Vara Federal de Goiânia-GO e estão conclusos ao Juiz, para se proferir decisão quanto ao pedido de especificação das provas que as partes desejam proferir. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 31, letra “d” foi publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2013 a MP nº 627, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. A MP tem como objetivo a adequação da legislação tributária à legislação societária e, assim estabelecer os ajustes que devem ser efetuados em livro fiscal para a apuração da base de cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e, conseqüentemente, extinguindo o RTT. Além disso, traz as convergências necessárias para a apuração da base de cálculo da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS. A referida MP deverá ser adotada obrigatoriamente para o ano-calendário 2015, sendo facultada a sua adoção no ano-calendário 2014, conforme seu artigo 71. Em uma avaliação preliminar a administração da CELGPAR entende que não haverá impactos relevantes na organização, tendo aguardado a sua conversão em Lei para efetuar uma análise mais profunda e conclusiva das alterações introduzidas, não a adotando no ano-calendário 2014. Observa-se que a referida Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

As informações trimestrais da controladora, COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGPAR, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a uma instituição em atividade normal, as quais pressupõem a realização dos ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios. Desta forma, a continuidade normal da instituição, dependerá da capacidade de realização de seus ativos em valores suficientes para cobrir as obrigações circulantes e não circulantes. A cobertura do patrimônio líquido negativo de R\$ 2.838.552 mil, dependerá da realização de ativos em valores superiores aos registrados na contabilidade ou redução dos valores do passivo. Conforme mencionado nas notas explicativas nº 20, letra (c) e nº 31 letra (g), objetivando estabelecer as condições de continuidade operacional da Companhia, a administração da CELGPAR pretende implementar as seguintes medidas nos próximos exercícios sociais: a) No saneamento parcial da situação de Passivo a Descoberto capitalizar, dada à condição de Companhia Aberta da CELGPAR, os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo Estado de Goiás, que totalizaram em 30 de setembro de 2014 o montante de R\$ 1.421.476 mil; b) Manter as solicitações de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, junto ao Estado de Goiás, em níveis condizentes com sua execução orçamentária, buscando garantir a situação de adimplência com fornecedores, governo e financiadores; c) Estabelecer condições de gerenciamento e captura dos resultados futuros e fluxo de dividendos da Controlada CELG GT, a partir da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das concessões de geração e transmissão. Estes resultados, especificamente os vinculados ao fluxo de dividendos desta Controlada, foram dados em contra-garantia às garantias oferecidas pelo Estado de Goiás ao empréstimo efetuado junto à Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 1.900.000 mil, ocorrido em setembro/2014 (Ver NE 13); d) Estabelecer condições de gerenciamento e captura dos resultados futuros e fluxo de dividendos da Subsidiária CELG D, a partir da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão de distribuição, mediante a sua prorrogação. Estes resultados, especificamente os vinculados ao fluxo de dividendos desta Subsidiária, foram dados em contra-garantia às garantias oferecidas pelo Estado de Goiás ao empréstimo efetuado junto à Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 1.900.000 mil, ocorrido em setembro/2014 (Ver NE 13). Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

As informações trimestrais da CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Neste trimestre, devido ao aumento de capital ocorrido no valor de R\$ 1.680.700 mil, reduziu significativamente o patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) para R\$ 44.078 mil. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

A controlada direta CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG GT, no terceiro trimestre de 2014, apresentou um lucro de R\$ 3.788 mil, mantendo um prejuízo acumulado de R\$ 15.152 mil. A administração da Companhia, visando o reequilíbrio econômico e financeiro, vem tomando diversas medidas e a reversão da situação atual estará sujeita ao sucesso dessas implementações adotadas, além de outras, que deverão ser efetuadas ao longo dos próximos exercícios. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGPAR, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Goiânia, 13 de novembro de 2014.

UHY MOREIRA – AUDITORES

CRC RS 3717 S GO

HERALDO S. S. DE BARCELLOS

Contador CRC RS 11609 S GO

CNAI Nº 43

Responsável Técnico